

Transcrito por: Maria Fernanda Croccia Berger, Taiane Lisboa, Hector Elias Garcia Júnior e Ana Carolina Faria

Arquivo:10.12.2018 Audiência Pública

P/Eric – Pessoal, boa noite! A gente vai começar em 10 minutinhos, tá? Tem um pessoal acabando de assinar a lista de presença ali fora, mas já são... passou um pouquinho das 19, mas em 5 ou 10 minutos a gente começa a apresentação, tá? Só o tempo do pessoal finalizar a lista de presença. Obrigado. Pessoal, boa noite! A gente tentou agilizar a fila pra gente poder começar, e algumas pessoas não assinaram a lista de presença. Então, por gentileza, quem não assinou levanta a mão que o pessoal aqui da organização vai até vocês pra fazer a assinatura da lista de presença, tá? É só o intuito da gente acelerar (ininteligível), tendo em vista que já são... passou um pouquinho do horário programado, e pra gente começar, o pessoal que não assinou, levanta a mão, por gentileza, e o pessoal da organização vai até vocês pra poder assinar a lista de presença. Muito obrigado!

P/Antônio – Boa noite a todos. Vamos dar início a essa audiência pública pela apresentação do (ininteligível). Eu convido o interessado Paulo Botelho pra se fazer presente à mesa, Roberto Botelho. Tem algum representante do Ministério Público? Representando, o Dr. Paulo dos Anjos. Então, dando prosseguimento à nossa audiência pública, eu sou Antônio Queiroz Barreto, estou como superintendente do licenciamento ambiental do Ibram e, nesse momento, represento o presidente do Ibram, (ininteligível) César Fernandes Vieira. E nós estamos aqui para a apresentação do projeto de parcelamento de solo urbano, o número do processo é o 0039100012658201728, cujo interessado é Ária Soluções e Empreendimentos Imobiliários Ltda e a empresa responsável pela elaboração do estudo e relatório foi a ProjePlan Engenharia Ambiental Ltda. Essa audiência pública é aberta a qualquer interessado e tem por objetivo a apresentação e discussão do estudo de impacto ambiental e seu relatório de impacto ambiental referente ao processamento de licenciamento ambiental, bem como, colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo. Então, essa audiência pública faz parte do rito de análise do licenciamento ambiental. O próximo passo é a confecção de um parecer pela aprovação do estudo, encaminhando para a apreciação do colegiado, que é o Conselho Distrital do Meio Ambiente. Estamos aqui no dia 10 de dezembro de 2018, às 19h30 no Brasília Imperial Eventos e essa audiência correu com os avisos de publicação de acordo com a legislação vigente. Temos um regulamento da audiência, o qual eu vou passar para os interessados que estão aqui presentes, que são: a participação é aberta a todos os interessados, sujeita a duração estabelecida pela audiência pública; todos esses interessados a participar da audiência pública terão que se cadastrar na entrada – então, o

peçoal que já entrou e ainda não se cadastrou, levanta a mão, que o peçoal do suporte, do apoio, vai estar levando a ficha para o devido cadastramento –; os interessados em fazer manifestação oral durante a audiência pública, deverão assinalar tal intenção no preenchimento da lista de presença ou durante o bloco destinado às contribuições; não é permitida a entrada de bebidas alcoólicas, bandeiras, faixas, instrumentos musicais, objetos perigosos e armas de fogo; após a exposição técnica, será aberto o espaço para as manifestações orais dos participantes; a ordem da participação será de acordo com a ordem da lista de presença; após a participação dos inscritos que demonstraram interesse na lista de presença, será destinado espaço aos demais participantes que tiverem interesse ao longo do debate, obedecendo a ordem de solicitações; a manifestação dos participantes poderá ser feita por escrito ou oralmente, respeitados 3 minutos para cada manifestação; não será permitida a manifestação oral fora do espaço e tempo designado para as manifestações; para o uso da palavra, o participante deverá identificar pelo nome ou entidade que representa e expor de maneira objetiva suas contribuições. Este regramento foi publicado dentro do processo, no dia 23 de novembro, então, já foi repassado a todos, através do processo que está público. O nosso interesse é aproveitar esse momento com vocês todos e contribuir para que a gente tenha o melhor de nós no prosseguimento desse trabalho. A audiência pública é dividida em quatro momentos, esse momento da abertura, aí vamos ter a apresentação técnica e depois a manifestação dos participantes e encerramentos. A abertura já é a formação da mesa, a exposição técnica vai ficar a cargo da equipe técnica responsável pelo empreendimento, pelo estudo ambiental apresentado no Ibram e, finalizada a exposição técnica, vamos abrir a parte da manifestação dos participantes. As manifestações orais cada um dos interessados cadastrados poderá se manifestar oralmente por 3 minutos, respeitada a duração máxima da audiência. A manifestação por escrito poderá ser feita por escrito, endereçada à mesa, cujas respostas serão fornecidas pelo expositor. A duração máxima da nossa audiência é 3 horas, a partir desse momento aqui, agora, então 19h30 até às 22h30. O encerramento formal da audiência pública será efetivado informando o horário de encerramento. Deixamos as informações que todas as despesas referentes à audiência pública ficarão a cargo do empreendedor, incluindo a locação desse espaço, pessoal de apoio, gravação e transcrição, demais custos envolvidos. A lista de presença e os formulários para as perguntas deverão ser organizados e disponibilizados pelo empreendedor durante a realização da audiência pública. Todos os depoimentos e exposições serão registrados por meio eletrônico, gravação em áudio, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos. O empreendedor deve apresentar ao Ibram a transcrição e a gravação da audiência, no prazo máximo de 15 dias. A lista de presença e a data da audiência deverão ser publicados no sítio eletrônico do Ibram. Em caso de suspensão da audiência, em razão de caso fortuito ou motivo de força maior, nova data será divulgada. Então, é bastante interessante que vocês falem no microfone, se identifiquem, porque estamos gravando, para que fique todo

mundo bem registrado no momento da gravação.

P/Pessoa não identificada – Posso perguntar? Você poderia informar quanto tempo vai haver exposição e quanto tempo vai poder se falar e também a que horas a audiência termina?

P/Antônio – Eu avisei que a audiência pública tem uma duração de 3 horas, a partir desse momento.

P/Pessoa não identificada – Ok. E quanto tempo tem...?

P/Antônio – A apresentação vai ficar por conta da equipe técnica e acredito que eles sejam o mais sucintos possível pra...

P/Pessoa não identificada – Existe um limite para duas coisas?

P/Antônio – Existe pelo menos um tempo máximo de metade do tempo de apresentação técnica.

P/Pessoa não identificada – Obrigada.

P/Antônio – Então, eu passo...

P/Pessoa não identificada – A respeito do Ministério Público, eles vão estar presentes?

P/Antônio – Eles foram convidados para estarem presentes.

P/Pessoa não identificada – Seria a mesa (ininteligível) continuar sem a presença deles?

P/Antônio – Pode, porque audiência pública é para expor o estudo aqui, já foi previamente agendada, de acordo com o tempo e demarcação. O Ministério Público estar presente ou não, valoriza a audiência, mas não a prejudica. E (ininteligível) eu passo a palavra para o apresentador, desfaço aqui a mesa, para que o apresentador ou apresentadores fiquem bastante confortáveis.

P/Ronaldo – (ininteligível), Sr. Presidente, (ininteligível), meu nome é Ronaldo Santoro, eu sou residente lá do Condomínio Solar da Serra e eu gostaria de saber quem vai coordenar os trabalhos e os debates.

P/Antônio – Eu mesmo vou coordenar.

P/Ronaldo – Sim. Então, eu já gostaria de escrever aqui uma preliminar de vício de publicidade com relação a esta audiência.

P/Antônio – Eu peço que o senhor se pronuncie como todos no momento...

P/Ronaldo – Eu tenho um pronunciamento por escrito, mas é uma questão preliminar, que o senhor tá fazendo a abertura, e já vai passar para o ato subsequente.

P/Antônio – Eu vou passar para a equipe técnica, respeitando o regramento da audiência e peço que o senhor se manifeste no momento das manifestações. Primeiro, vamos expor a apresentação técnica, que eu acho que é o interesse maior de todos entender o empreendimento e depois a gente...

P/Ronaldo – Eu só gostaria, então, de deixar registrado aqui, Sr. Presidente, com todo o respeito, que é um vício de publicidade. Eu entendo que esta audiência deveria ser feita no local próprio, lá nos condomínios...

P/Pessoa não identificada – Isso mesmo!

P/Ronaldo – Quanto à divulgação para os moradores e não somente com pequenos recortes. Eu tenho observado que há um vício de publicidade em todas as convocações, porque elas vêm sendo feitas sempre em dias e horários inapropriados...

P/Pessoa não identificada – É verdade.

P/Ronaldo – ...e vêm sendo adiadas. Então, eu entendo que por uma questão de maior publicidade, nós não temos aqui uma representatividade expressiva, quem tá aqui veio com muito sacrifício de sua região, saindo do seu trabalho, em deslocamento em horário de rush, pra poder estar aqui.

P/Antônio – Certo.

P/Ronaldo – Então, eu entendo, Sr. Presidente, e gostaria de deixar registrado (ininteligível).

P/Antônio – Está registrada a sua manifestação.

P/Ronaldo – Ok.

P/Antônio – Eu passo a palavra para o apresentador ou apresentadores, para que eles prossigam na apresentação técnica do empreendimento e que vocês possam ter atenção sobre o assunto.

P/Eric – Pessoa, boa noite! Eu vou fazer uma breve introdução e, na sequência, teremos aí a apresentação dos especialistas sobre o estudo de impacto ambiental. Eu sou o Eric, sou diretor da empresa ProjePlan, a qual desenvolveu o estudo de impacto ambiental. Nosso título é Estudo de Impacto Ambiental e Parcelamento de Solo Urbano Quinhão 16. Bom, o estudo de impacto ambiental é um estudo de maior complexidade e abrangência da

categoria de estudos ambientais, ele é previsto na resolução CONAMA 001/86 e pra cada tipo de empreendimento e a suas características, o órgão ambiental solicita ou não o estudo de impacto ambiental. Então, é um estudo que é mais complexo, mais amplo e, do ponto de vista técnico, ele é o que tem uma interface muito robusta nas especialidades da área ambiental. Então, aqui encontram-se as publicações do Diário Oficial do Distrito Federal e a publicação feita no Jornal de Brasília. Nós fizemos duas publicações, uma com 30 dias e uma com 15 dias. Aqui é só um recorte do jornal. Bom, a empresa interessada no empreendimento é a empresa INCO, ela é constituída desde 2011, com tal finalidade para desenvolver esse projeto. A empresa ProjePlan, é a empresa que desenvolveu o estudo de impacto ambiental. Aqui tá equipe técnica responsável pelo (ininteligível). Ficou um pouco pequeno, mas é uma equipe composta por 20 técnicos, das mais variadas especialidades.

P/Pessoa não identificada – Esse seu material é impossível de qualquer pessoa ler, então eu não sei porque vai passar isso pra gente ler...

P/Eric – Então, nós temos 20 profissionais responsáveis pelo estudo de impacto ambiental. Esse recorte aqui está disponível no (ininteligível), como é uma lista muito grande, a gente comprimiu um pouquinho pra ficar visível, mas, se porventura, vocês quiserem consultar, ele tá disponível bem no capítulo inicial do próprio (ininteligível). Então, aqui tem uma série de profissionais que compreendeu a parte do (ininteligível) e aqui é a equipe técnica de projeto de engenharia, arquitetura e urbanismo, é composta por 7 técnicos. Aqui, os principais eventos que deram origem ao processo de licenciamento, o processo foi aberto em 2013 e em 2015 o Ibram emitiu o termo de referência, para a elaboração do (ininteligível). Nós temos aqui como principais eventos também: autorização para os estudos de fauna; a manifestação do Ibram; protocolo do (ininteligível) em 2017 – então, nós abrimos o processo em 2013 –; termo de referência em 2015; ao longo desses dois anos, desenvolveu-se o estudo de impacto ambiental e o protocolo do mesmo aconteceu em 05/04/2017; o Ibram fez um primeiro parecer sobre o (ininteligível) e, na sequência, em 2018, nós complementamos o estudo de impacto ambiental. Aqui é um recorte da localização do empreendimento, então, tá aqui a poligonal do projeto. Aqui, todos aqueles condomínios do Jardim Botânico e no meio dessas áreas urbanas nós temos a poligonal de projeto, (ininteligível) como Quinhão 16. O (ininteligível) tá dividido em 4 volumes, esses volumes são compreendidos por: apresentação; pela descrição do empreendimento e suas características; o volume três é composto pelo diagnóstico ambiental; na sequência nós temos o prognóstico ambiental e seus respectivos anexos. Eu quero convidar agora, pra passar a palavra, o Lúcio e o Prof. Jandson. Daqui em diante eles vão comandar a apresentação do projeto de urbanismo.

P/Lúcio – Bem, essa introdução, eu e o Jandson, vamos apresentar conjuntamente. Ela é anterior ao (ininteligível), propriamente dito, mas a gente resolveu colocar alguns aspectos

importantes que seriam interessantes os senhores e as senhoras conhecerem antes da apresentação do (ininteligível). Já tem quase 10 anos que os projetos e estudos foram iniciados, desde quando iniciaram as tratativas com os proprietários das áreas, são vários proprietários, conforme nós vamos explicar mais adiante. Foi feito já o georeferenciamento de todas as matrículas dos imóveis, todas elas são matrículas particulares – nós vamos mostrar isso mais pra frente –, estão registradas no cartório de segundo ofício de registro de imóveis. Também foram feitas consultas iniciais, o termo de referência do Ibram foi emitido em 2015, conforme foi dito, depois foi iniciada a elaboração do (ininteligível). Anterior a isso, uma série de estudos ambientais já tinha sido feita. A entrega foi feita no início de 2017, foi feita análise, e uma série de outros eventos foi acontecendo durante esse período todo. Já houve uma audiência pública, como é de conhecimento da maioria, e agora nós estamos repetindo a audiência pública. Tá aí a poligonal do empreendimento. A totalidade de área particular são várias matrículas, todas elas – como eu falei – registradas no cartório de segundo ofício de registro de imóveis, são matrículas já retificadas, etc.

P/Jandson – Esse mapa é um mapa que consta do Geoportal da Segeth, que apresenta a poligonal do Jardim Botânico, aqui nesse trecho, (ininteligível). Então, esse trequinho vermelho é a poligonal atual do Jardim Botânico – que inclui, inclusive, a região da DF-140 – e esse azulzinho de São Sebastião. Então, quando a gente vê essa população, olhando um pouquinho a diante, o que acontece? A gente tem aqui diretrizes urbanísticas já emitidas pela Segeth nos últimos anos que preveem nessa região mais marrom, aqui embaixo, que é a região da DF-140, uma população de 956mil habitantes nos próximos anos se instalando ali, nos próximos 20-30 anos. Nessa região verdinha, que vai desde São Sebastião, aqui, até proximidades do (ininteligível), aqui em cima, há uma previsão de 481mil habitantes. E, na região aqui do Setor Mangueiral, na expansão dele, mais 17mil. Quando a gente olha esses três números, somando, dá esse número do slide anterior, que é 1.455.000 habitantes previstos para os próximos anos naquela região como um todo. Tá certo? E ainda, considerando que o entorno sul aqui do Distrito Federal, um dado IBGE 2010 – quer dizer, esse número atual é bem mais elevado –, a gente tem 458mil pessoas morando nas cidades da área ocidental (ininteligível) e que tem alguma vinculação com essa região sul aqui do Distrito Federal. É interessante também considerar aqui a Secretaria de Gestão Territorial, ao ser consultada sobre parcelamentos, imite diretrizes urbanísticas e, aqui na região do Jardim Botânico – por mais que a gente esteja falando aqui dessa poligonal do Quinhão 16 –, todas essas manchinhas coloridas já são parcelamentos que solicitaram diretrizes e alguns em várias fases de processo de aprovação dos seus parcelamentos. Então, a gente tá falando do Quinhão 16, mas é mais um dentre outros, onde a gente apenas trabalha, talvez, na maior dentre as áreas que são hoje parceladas. Na região da DF-140, que também pertence agora ao poligonal do Jardim Botânico, é a mesma coisa, todas essas manchinhas coloridas são diretrizes urbanísticas emitidas pela

Secretaria de Gestão Territorial para processos de parcelamento lá na região. Ok? Aqui é só um recorte da tabela, no próximo slide ele vai ampliar um pouquinho para vocês conseguirem ler alguns números. Essa é uma tabela constante da diretriz urbanística que trata da região com a qual a gente está trabalhando, tá certo? Envolve toda a região, de São Sebastião até o Paranoá, e que apresenta, principalmente, as informações relacionadas a tamanho das áreas, população e densidade dos diversos parcelamentos que já existem... quando a gente amplia um pouquinho, dos condomínios diversos que estão colocados aqui. É interessante a gente abordar que é muito questionado as informações a respeito de densidade, então, a gente recortou daquela tabela anterior, só recortou para ficar mais visível. Lá na região, os parcelamentos, tem condomínios hoje que já têm 50 habitantes por hectare, tem outros que têm um pouquinho menos... 16, aqui temos de 12, aqui em baixo. Mas tem condomínio das mais diversas densidades. Mas é interessante a gente considerar que densidade não é o único, ele é um dos índices que você pode olhar a respeito de um parcelamento para ver ou não a qualidade desse parcelamento, está certo? E nem sempre densidade baixa significa dizer que é qualidade superior ou densidade alta que é qualidade inferior, ou vice-versa, está certo? Depende da tipologia que a gente está colocando. Então, é importante considerar também a prioridade do solo; tipologia; formas de ocupação; harmonia, ou não, com o meio ambiente natural. Aqui a gente pegou alguns exemplos daquela tabela anterior, a gente só ampliou, mas a gente olhou esses parcelamentos, com relação também ao Quinhão 16, sob a ótica de dois critérios de análise para gente fazer um efeito comparativo. Um deles, relacionado a quantidade de área pavimentada – pode ser asfalto, pode ser calçada e coisas assim –, relacionada a essa pavimentação por habitante. E a outra, a supressão vegetal, quer dizer, para gente entrar com pavimentação, para entrar com calçada, para entrar com lote e outras coisas, muitas vezes tem supressão vegetal. Ok? Fazendo esse comparativo, começa a ficar percebido que se eu reduzo muito a densidade, esses valores em m² sobem ao invés de descer, por habitante. Então, eu acabo tendo um desmatamento maior e uma quantidade de área pavimentada maior, não otimizando infraestrutura por habitante. Isso é um dado interessante para gente considerar a respeito desses parcelamentos. E quando a gente vê para o trabalho que a gente está desenvolvendo, ele é dividido em duas etapas, como ele é um trabalho que vai ser implantado ao longo de muitos anos, vai ter uma primeira etapa a uma execução, depois tem uma segunda etapa – quase 20 anos depois – que vai ser executada num segundo momento. Quando a gente olha para isso, a quantidade de área de proteção permanente, praças e áreas verdes, nas duas etapas elas superam – e muito! – aos 50% da área, de tal maneira que quando eu olho pra área e elas superam esses 50%, se eu considerar ainda as áreas permeáveis dentro dos lotes, eu estou falando de uma proporção de mais ou menos 70% da (ininteligível) vai permanecer como superfície verde, com feições de vegetação natural. Ok? É isso que é o mais importante a ser considerado. É importante a gente considerar que essa superfície de vegetação preservada

vai ser transformada numa reserva particular de patrimônio natural, aonde – lá no projeto do Quinhão 16 – vai ser criada a segunda maior reserva de patrimônio natural do Distrito Federal, sendo que a maior em área urbana. Isso significa dizer que aquilo vai se transformar num parque de preservação natural e escriturado como tal, que depois não pode ser revertido para ocupação urbana.

P/Lúcio – Sobre a infraestrutura nós colocamos um slide apenas com o resumo das infraestruturas que serão implantadas e estão previstas. Essa estrutura vem no sentido de integrar toda a região, porque ela obedece uma série de diretrizes da Segeth, que vai ser explicado mais na frente. Mas está prevista a implantação no sistema viário, com ciclovias, calçadas; sistema de drenagem sustentável; tanto a parte de tratamento distribuição de água como esgotamento sanitário já têm outorgas da ADASA; foi previsto sistema de reuso de água servida; coleta seletiva dos resíduos sólidos; pretende-se implantar um sistema de iluminação moderno, com iluminação em led, produção de energia solar; e mais na frente nós vamos detalhar melhor toda essa infraestrutura.

P/Jandson – É interessante. A gente antecipou algumas informações que vão ser apresentadas lá na frente pelo pessoal do meio ambiente, relacionado às questões socioeconômicas, porque tem diretamente a ver com o tipo de solução de desenho que a gente fez para o empreendimento. O primeiro dado que é interessante é que seja considerado que o Jardim Botânico – isso aqui é um dado originalmente da pesquisa distrital por amostra domiciliar, feito pela Codeplan, que é um órgão oficial do governo e –, lá na PDAD 2015 indica que 85% da população do Jardim Botânico trabalha fora do Jardim Botânico, está certo? Esse é o pior caso dentre todo o Distrito Federal, ainda supera Lago Sul e Lago Norte em termos desse valor. O outro dado que é interessante, também originário da (ininteligível), é que o crescimento populacional que tem sido recorrente no Jardim Botânico, entre 2010 e 2013, houve um incremento de aproximadamente 723 habitantes na região por ano e de 2013 para 2016 um incremento de 687 pessoas. Se a gente considerar o tamanho do empreendimento do Quinhão 16 que a gente está falando, as previsões que a gente tem são de que o incremento vai ser de 300 pessoas. Quer dizer, é um número abaixo desse valor que está lá, e a gente apenas vai estar absorvendo, ou tentando absorver, parte desse incremento populacional que já acontece na região, isso com dados oficiais, isso aqui não é criação nossa, isso são dados oficiais. Uma outra questão que é interessante também... o empreendimento tem por objetivo também propor uso do solo que gere atividades de emprego e renda. Então, a gente tem uma previsão de aproximadamente 6.900 postos de trabalho, existe a previsão de implantação de alguns equipamentos como hospital, escola, creche e também outros equipamentos voltados para comércio, então, clínica e outras coisas do tipo. Com o acréscimo de postos de trabalhos na região de 6.900 unidades, para as mais variadas faixas de profissionais, desde o médico que pode trabalhar no hospital, assim como alguém que vai fazer o trabalho, por exemplo,

de serviços gerais ou limpeza ou segurança, também isso é possível. Esses empreendimentos, boa parte deles públicos, são destinados lotes suficiente para que se gere um potencial construtivo de mais de 100.000m², o que se prevê é que até mesmo um hospital de grande porte poderia estar em algum trecho, já tem uma previsão de um trecho naquela região. O empreendimento... as vias que serão abertas são todas acompanhadas de calçadas e ciclovias. O Lúcio, depois, vai falar um pouquinho de que isso já vai ser executado de imediato após a aprovação do projeto, já trazendo benefício para população de imediato, não só mais no futuro. E a RPPN será acessiva à toda a população do Jardim Botânico e, na verdade, à toda a população do Distrito Federal. Eu vou passar a palavra para o Rômulo, que ele vai falar um pouquinho de um estudo que também foi solicitado, a respeito de impacto de trânsito. Depois a gente retoma e apresenta nossas próximas fases para continuar.

P/Eric – Só por uma questão de ordem, no começo eu acabei esquecendo do comentar, cada profissional que for fazer a sua explanação, eu queria que, por favor, fizesse uma... se apresentasse. “Sou fulano, formação na área tal”, então, Prof. Jandson, depois o Lúcio volta para apresentação, eles vão depois se apresentar, apesar de já terem feito parte da apresentação. Mas para cada profissional queria que se apresentassem, pra gente poder conhecer um pouquinho de cada um. Obrigado!

P/Rômulo – Boa noite! Meu nome é Rômulo, sou arquiteto, trabalho com uma série de empreendimentos fazendo estudo de tráfego.

P/Pessoa não identificadora – Você pode fazer a gentileza de ficar aqui na frente?

P/Rômulo – Bom, a gente, quando faz a avaliação de impacto de trânsito, classifica o empreendimento pelo seu uso e população. Dependendo do uso, nós trabalhamos com a população considerada ou com a metragem quadrada, dependendo dos modelos que nós utilizamos. O estudo foi desenvolvido de acordo com os critérios solicitados pelo Detran (ininteligível) e, na parte de transporte público, pela Semob. Então, as informações que tem eu vou fazer uma síntese. Aqui, o empreendimento tem basicamente três usos: residencial, escritórios comerciais e lojas comerciais. A avaliação do impacto de trânsito é feita a gente aplicando esses volumes populacionais em viagens, que são unidades veiculares padrão por hora. Então, a gente tem, para esse universo populacional e para esses usos considerados, um total de 2mil viagens, com a margem de segurança de 10% pra o cálculo de incremento no sistema aviário. Basicamente em função...

Mais de uma pessoa falando – Por hora?

P/Rômulo – Por hora, isso é por hora. Isso. Na ocupação plena do empreendimento a gente chega a 2mil viagens por hora a pico, em sentidos opostos, dependendo do uso

considerado. Residencial gera a viagem internamente com destino externo ao empreendimento e o comercial é o inverso. Então, a gente tem, dentro da rede que foi analisada, nós temos as principais interseções, onde a gente faz o monitoramento no sistema aviário, para gente tirar qual é a situação atual, quais são as formações de fios, atrasos que nós temos, pra poder ver qual é o impacto que esse incremento vai ocasionar. A gente tem aqui, basicamente, as interseções que descem pra Avenida J.K., para ponte J.K. e o (ininteligível)...

P/Pessoa não identificada – Isso foi feito em dia útil, em momento que Brasília está cheia? Como é que foi?

P/Rômulo – As contagens são regulamentadas, existe um critério que diz que elas têm que ser feitas em período que não pode ser de férias escolares, não pode ser de feriado e de terça à quinta-feira.

P/Pessoa não identificada – Ah, ok. Obrigada.

P/Eric – Pessoal, peço só um minutinho. Como o Antônio Barreto explicou no começo da audiência, nós vamos ter um momento, um fórum, para perguntas e debates. Então, eu peço, por gentileza, que durante a apresentação a gente consiga explanar a parte técnica e no fórum de debates a gente vai continuar anotando e explicando as perguntas, tá? Então, pra não atrapalhar o pessoal, eu peço só um segundinho.

P/Pessoa não identificada – A explicação tem que ser clara e suficiente para o entendimento.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – É porque não falou, por exemplo, que era por hora. Como é que a gente vai adivinhar?

P/Eric – Aí, a senhora pode anotar a sua pergunta e no final você faz a pergunta.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Antônio – Gente, vamos ter um pouco de calma aí, para que o nosso colega prossiga, avance um pouco mais na sua explicação técnica. Eu sei que estamos todos ansiosos para entender o empreendimento, chegar o momento... vamos anotando e tentar respeitar a apresentação do colega que, aí, ele consegue expor...

P/Pessoa não identificada – (ininteligível) não é falta de respeito, meu senhor. Pedido de esclarecimento não é falta de respeito.

P/Antônio – Sim, mas nós temos um regramento.

P/Pessoa não identificada – Ele tem que esclarecer, se não está sendo claro, isso não é pergunta, é esclarecimento (ininteligível).

P/Antônio – Sim. Então, vamos prosseguir com o colega.

P/Pessoa não identificada – (ininteligível)

P/Antônio – Certo.

P/Pessoa não identificada – (ininteligível) atrapalhando, o senhor que está demorando.

P/Pessoa não identificada – É, vai lá!

P/Antônio – Muito obrigado pelo seu apontamento.

P/Pessoa não identificada – De nada!

P/Antônio – Por favor, profissional, prossiga.

P/Rômulo – Bom, entre as análises que a gente realiza, a gente realiza macro e micro simulações por densidade e atraso de veículos. Esse é um exemplo da rede simulada, onde a gente tem os veículos – isso consta no estudo. Só para lembrar que esse é um estudo específico que é analisado nos órgãos de trânsito, no Detran e no (ininteligível), aonde as anuências fazem parte do estudo ambiental, do qual o Ibram tem a jurisdição. Bom, os dados que a gente tem, basicamente, que eu acho que é o que resume o impacto no empreendimento, é que a gente tem que, em torno de 4.500 veículos acessam o balão da ESAF por hora, proveniente da DF-140, da 001. A gente tem, analisadas dentro dessas duas principais interseções – que são os maiores problemas de tráfego lá na região –, em torno de 14mil veículos por hora e por período. Então, pela manhã e à tarde, cada um, ou seja, são 14mil veículos no período da manhã e em torno disso à tarde. O deslocamento não é sempre (ininteligível), ele às vezes acontece em horários diferentes, nem todo mundo que sai na mesma hora, retorna na mesma hora, então, isso é computado nas contagens. A gente tem um universo de prazo de 30 anos para a ocupação do parcelamento e aplicando, basicamente, a taxa de crescimento mínima – que os órgãos de trânsito consideram de 3% –, a gente teria uma representação em torno de 5 a 10% do fluxo ao longo desses 30 anos, considerando esse crescimento de 3% da frota. Esse crescimento não é com base necessariamente nos projetos que estão em andamento, ele vai de acordo com os índices oficiais que a gente tem que considerar. Esse, é um mapa que demonstra a preferência de circulação do empreendimento, de entrada e saída, do fluxo do empreendimento, para gente analisar isso, quais são as vias mais impactadas e quais são as alterações, as

propostas, o quê que a gente tem que fazer pra mitigar os impactos. E esses são os trechos que foram analisados. Basicamente a gente analisou as interseções (ininteligível) da via do (ininteligível) e as interseções do parcelamento interno.

P/Ronaldo – Senhor, por gentileza, eu não estou enxergando. O senhor poderia, se aproximar e dizer, mais ou menos, onde é que é esse lugar, para eu poder identificar. Porque eu confesso, Sr. Presidente, com todo o respeito, eu não estou enxergando.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Ronaldo – O senhor pode melhor esclarecer, por favor?

P/Rômulo – Perfeito. Vamos lá!

P/Pessoa não identificada – Pode mostrar onde está o balão? Alguma coisa, para gente saber.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rômulo – Esse aqui é o parcelamento.

P/Ronaldo – Cadê o limite?

P/Rômulo – Solar de Brasília. Essa mancha vermelha representam os lotes, que são os lotes que geram e atraem viagens, onde têm origem e destino de veículos.

P/Pessoa não identificada – Ou seja, onde tem edificações, é isso que você quer dizer?

P/Rômulo – Sim. São aonde são as construções, as ocupações são aonde têm essas manchas vermelhas. Esse é o balão, a rótula que desce pra J.K. e esse é o da ESAF.

P/Pessoa não identificada – Agora você pode voltar no outro mapa que mostra as (ininteligível)?

Mais de uma pessoa falando – Aí!

P/Rômulo – Esse, são as duas principais interseções analisadas na rede. Essa, a que vai para J.K. e esse, o balão da ESAF. Isso são dois períodos diferentes, manhã e tarde. Vocês desculpem um pouco estar correndo, é porque eu tenho um prazo, então...

P/Pessoa não identificada – Mas aonde está o projeto aí? Porque a gente não sabe onde está o projeto.

P/Pessoa não identificada – Essa é uma situação crucial.

P/Rômulo – Veja, o tráfego, nesse ponto... o projeto está aqui, esses são os lançamentos do sistema aviário, ele tá internamente a esse sistema aviário. A gente analisa não só interna ao parcelamento, a gente analisa o impacto externo ao parcelamento, então, essa aqui é a DF-001 e a descida pra J.K. Bom, esses são os índices que eu apresentei. Esse aqui...

P/Pessoa não identificada – E aonde está aí (ininteligível) do projeto falando dessas vias grandes (ininteligível)?

P/Pessoa não identificada – As vias de acesso da...

P/Rômulo – Olha só...

P/Pessoa não identificada – As vias de acesso do empreendimento.

P/Rômulo – Esse aqui é o balão J.K. e esse é o da ESAF. O empreendimento tem uma conexão com a rodovia do Sol, acho que vai ser melhor explicar mais na frente...

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – A avenida do Sol.

P/Pessoa não identificada – A estrada do Sol.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rômulo – Essa aqui, olha. Mas isso vocês vão ter um entendimento melhor mais à frente. Não é isso? Tá.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rômulo – Se vocês não deixarem a gente avançar, talvez as dúvidas vão ser esclarecidas mais à frente.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – Podia ter feito no sábado, no domingo...

P/Pessoa não identificada – Vamos fazer uma coisa? Depois você vai poder disponibilizar esse material para gente?

P/Rômulo – Claro. Sim.

P/Pessoa não identificada – Que a gente possa olhar em casa.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Lúcio – Dá licença. Deixa eu só fazer uma explicação. Essa é uma parte introdutória ainda, nós estamos explicando alguns aspectos no sistema aviário, todo empreendimento vai ser explicado detalhadamente assim que encerrar a introdução, nós estamos apenas na introdução.

P/Pessoa não identificada – Mas a introdução levou 40 minutos (ininteligível).

P/Lúcio – Se vocês tiverem dúvidas não tem problema nenhum, nós voltamos depois para falar sobre estudo de tráfego, mas eu acho que é fundamental...

P/Pessoa não identificada – (ininteligível)

P/Lúcio – ...a gente avançar para que vocês possam entender melhor. Tá?

P/Jandson – Essas informações que o Rômulo deu, de conexões, onde é que uma coisa se liga com a outra, estrada do Sol está aonde, e tal, é exatamente nessa continuação da apresentação que a gente vai fazer com relação ao MasterPlan propriamente dito. Está certo? Aqui, a gente começa – se o Eric quiser falar alguma coisa – oficialmente a apresentação do (ininteligível), porque foi feita uma introdução antes.

P/Pessoa não identificada – (ininteligível)

P/Jandson – O trabalho que foi feito pelo Rômulo foi um trabalho complementar solicitado.

P/Ronaldo – Como chama (ininteligível)?

P/Jandson – E aí, a gente vai começar agora com o MasterPlanm, tá certo?

P/Pessoa não identificada – (ininteligível)

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – (ininteligível) o resultado da avaliação de trânsito. Ele num falou o resultado!

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – Na hora em que eu falar das conexões, eu posso chamar o Rômulo e ele faz as complementações para vocês entenderem e conseguirem se situar.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – Falou, falou e (ininteligível).

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – Bom, o MasterPlan. Meu nome é José Jandson Queiroz, eu sou arquiteto urbanista, tenho 20 e alguma coisa anos de atuação na área, me formei em 92. Uma primeira informação que é relevante para gente entender o MasterPlan é que ele tá de acordo com o PDOT, com toda a legislação do Distrito Federal, mas a maior delas que trabalha sobre a questão de parcelamentos é a PDOT. Relacionado à nossa área, dentre duas zonas que são urbanas, a zona urbana de uso controlado 2, quer dizer, esse controle é em função das características de meio ambiente natural que tem na área. E, também, uma pequena parcela do nosso empreendimento da numa zona de contenção urbana. Uma outra questão a ser considerada também é que a gente tem as densidades previstas pelo PDOT, pelo plano diretor, como de baixa densidade, cuja faixa de densidade pode ir de 15 a 50 habitantes/hectare. E um pequeno trecho está em baixa densidade que é até 15 habitantes/hectare. Foram emitidas diretrizes urbanísticas pela Secretaria de Gestão Territorial ainda em 2014 para toda a região que envolve o Jardim Botânico, São Sebastião e São Bartolomeu, cuja poligonal vai desde São Sebastião, que está aqui em baixo. Aqui, é a DF-001, aqui é o lago, até próximo do Paranoá, já depois da barragem, toda essa linha que tá contornando aqui foi a linha alvo dessas diretrizes que foram elaboradas pela Secretaria de Gestão territorial. Nessa planta, que faz parte dessa diretriz, são apresentadas as vias que a Segeth, a secretaria, o GDF, tem intenção que organize aquela circulação de pessoas na região. O que nós temos hoje implantado é a DF-001, a estrada que desce pra São Sebastião que, se não me falha a memória é a 467 e mais a estrada do Sol, que faz esse contorno e vem para cá e mais uma outra, que liga com o Solar da Serra, que tá lá no fundo. Então, vocês veem que além dessas três, várias outras vias são previstas lá, nós estamos trabalhando num trequinho – a gente vai dar um zoom –, mas que se torna um trecho muito importante, porque a própria Segeth já previu a ligação da terceira ponte com vias que se conectam à estrada do Sol, que é essa daqui. Então, isso já é um planejamento feito pela Segeth, além de outra série de vias aqui também ligando com São Sebastião. Nós estamos trabalhando num trecho disso. Aqui, quando a gente olha, são as zonas de ocupação, também previstas pelas diretrizes urbanísticas, de tal forma que várias dessas manchinhas (zona A, B, C) indicam a forma de ocupação. A gente vai ver que a área que a gente está trabalhando tá vinculada a essa zona B e alguns trechinhos de zona verde, porque a zona verde ninguém pode ocupar, porque é área de preservação, tem uma série de determinações que são de proteção de meio ambiente natural. Mas as zonas... Aquela laranjinha a gente vai dar um zoom aqui pra visualizar melhor. Então, a gente está trabalhando nesse trequinho. A zona laranja tem origem exatamente naquela zona do PDOT, que é de uso controlado, que possibilita a ocupação. A diretriz prevê que naquela zona B, é possível ter esses usos. A letra está um pouquinho ruim, mas eu vou ler para vocês, pra ficar mais fácil. Residencial: unifamiliar, coletivo; comércio e prestação de

serviços; indústria; institucional; e equipamentos públicos comunitários e urbanos. Então, esses são os usos possíveis, mas tem uma diretriz aqui que é muito importante a ser considerada para os parcelamentos, tanto o que a gente está trabalhando aqui quanto os outros que vão surgir nos próximos anos na região, é que é uma determinação do governo que naquela região, 50% - no mínimo – do tamanho da área que vai ser parcelada, tem que permanecer como área permeável. E desses 50% mínimos que têm que permanecer como permeável, 80% deles tem que ser com vegetação natural originário preservado. A gente vai ver que o nosso empreendimento atende e, na verdade, supera esse valor. É interessante considerar também que nas diretrizes são previstos, para cada um dos usos, certos índices urbanísticos – a gente vai ver um pouquinho mais detalhado um pouquinho mais adiante, isso aqui é mais informativo –, de tal forma que também, quando a secretaria emite essas diretrizes gerais daquela região como um todo, cada parcelamento que vai acontecer, a secretaria faz uma diretriz específica para aquele parcelamento. Ok? É o caso dessa daqui, é a chamada diretriz urbanística específica 34/2016. Está aqui a poligonal que a gente tá trabalhando, como eu falei, são duas etapas, a Segeth emitiu as diretrizes urbanísticas da primeira etapa. Então, dentro da poligonal a gente tem as manchinhas dois tons de verde, o verdinho... esse tonzinho de verde aqui são as APPs (Área de Proteção Permanente), esse verde mais escuro são as áreas outras verdes que as diretrizes indicam que não podem ser ocupadas e preservadas, e tem as manchinhas laranjas, que são aquelas passíveis de ocupação. Está certo? Então, a gente vai ver daqui a pouquinho como é que isso repercutiu no projeto. Temos, ainda, a questão daquela mesma zona, quais são os usos possíveis, então, ele reproduz o que estava naquela diretriz geral que eu coloquei antes – residencial unifamiliar, residencial coletivo, usos mistos, comercial, institucional e equipamento público. E, também, determina que o percentual mínimo de área pública é de 15%, isso o governo que determina como diretriz. E que também apresenta uma característica que é a possibilidade de verticalização aonde abaixo da cota 980 é possível fazer térreo e mais 5, acima da cota de 980m – que é essa outra região – térreo e mais 3, é o que determina a regra.

P/Ronaldo – Vocês não vão fazer isso não.

P/Jandson – De tal maneira que quando a gente também amplia as diretrizes, aquelas vias que são trabalhadas naquela escala enorme daquele mapa anterior, quando a gente dá um zoom aqui na nossa poligonal de trabalho, a Segeth também nos informou que a gente tinha que respeitar essas vias que foram planejadas pela Segeth. Ok? E o nosso projeto tem que se submeter a isso. Bom, quando a gente vai olhar efetivamente o plano de uso e ocupação do solo... então, a gente considerou tudo o que foi levantado no estudo ambiental, que tá sendo apresentado pra vocês aqui, toda a parte de legislação (PDOT, lei federal 6766 de parcelamento do solo, diretrizes urbanísticas gerais, diretrizes urbanísticas locais) e estabelecemos uma série de regras que são adotadas no nosso empreendimento.

Quer dizer, um desenho urbano integrado com o meio ambiente, preservação da cobertura vegetal muito além do nível mínimo exigido, infraestrutura de boa qualidade – daqui a pouquinho o Lúcio vai falar sobre isso –, promover também uma possibilidade de diversidade do uso do solo. A gente tinha intenção de evitar setorização, que é o que acontece muito na nossa cidade e a gente paga um preço muito elevado por isso. Propor atividades de emprego e renda para população, não só do Jardim Botânico, mas também para população que lá circunda, como São Sebastião, por exemplo. Integração das glebas, promovendo conexões viárias; facilitar essa possibilidade de acesso de deslocamento lá na região; circulação de pedestres e ciclistas também, por meio de equipamentos adequados; tratamento de efluentes; geração de energia e coisas assim, que a gente vai ver. E a gente começou a se deparar com duas possibilidades. Quer dizer, é possível fazer o empreendimento com 50 habitantes/hectare com essas características. Isso aí é 1 hectare, 100x100. Eu poderia fazer, por exemplo, para obter 50hab/ha, 14 casas horizontais, sendo que eu respeito aqui os 15% de área verde que a legislação exige, e poderia – nessas casas – fazer algo em torno de 10.550m² de área construída total. Só que a gente sabe que é muito mais condizente trabalhar com outras possibilidades, que é: se eu pegar essas casas aqui e empilhar térreo e mais 3 andares. 50 habitantes, 1 lote de 2.100m², 14 unidades, apartamentos de 225m². Nossa, que apartamento grande! Lá vai ser feito para padrão alto de renda.

P/Pessoa não identificada – Com certeza!

P/Jandson – Médio, médio/alto de renda.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – Apartamentos grandes, padrão noroeste, de tal forma que isso possibilita gerar de área verde 66%, praticamente 4x esse valor.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – De térreo e mais 3. De tal forma que quando a gente olha... isso seria naquela primeira ideia das casas horizontais, na verdade, o que a gente está promovendo é um outro tipo de ocupação. De tal forma que poderia ser feito... que vão ser feitas essas edificações...

Mais de uma pessoa falando – Vai?

P/Jandson – ...pontualmente, de tal maneira que a quantidade de área verde preservada, chega a 70% da gleba.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – De tal forma que a gente supera, e muito, como regra, os 50% que foram determinados antes. Se, nessa primeira solução, esses percentuais que existem, como essa solução, se fosse adotada, 15% de área verde – que é o que determinam as diretrizes, que normalmente se faz 15% de vias para essas soluções –, o que a gente está promovendo é 55,72% de área verde pública, com 8%, que, quando eu somo as áreas públicas, eu estou passando de 67% do total. De tal forma que, quando a gente olha, por exemplo, para questões das alturas, aqui tem umas manchinhas de térreo e mais 3, quando eles são colocados aqui... isso aqui é um corte do terreno, como se eu passasse a faca aqui no terreno e aqui em cima passa a DF-001, está certo? Então, mesmo se eu colocar uma edificação na parte mais alta da poligonal, o topo do edifício está 20m abaixo da DF-001, nunca vai ser visível da DF-001 e, mesmo que eu pegue... por exemplo, aqui tá o (ininteligível), nesse pedaço aqui... mesmo quem mora no (ininteligível) pouco vai ver das edificações que vão estar colocadas aqui no fundo do vale. É interessante considerar que a nossa poligonal de trabalho é importantíssima para a conexão do sistema viário, facilitando enormemente o deslocamento das pessoas. Hoje, quem passa pela dificuldade de sair pela estrada do Sol, teria mais três possibilidades de deslocamento, entre os condomínios que tão no interior do Jardim Botânico e a DF-001, facilitando, por exemplo, questões de transporte público, porque teriam rotas alternativas para os transportes públicos, todas asfaltadas, de tal maneira que a pessoa consegue chegar muito mais facilmente nos seus condomínios ou mesmo quem tá em São Sebastião, nesses deslocamentos.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Jandson – A gente vai ver que o fato da gente ter essa possibilidade de deslocamento de rotas, com pessoas passando na região, se justifica também a entrada de equipamentos públicos e institucionais na região, se prevê no empreendimento cinco desses espaços: escola para educação infantil e fundamental, ensino médio, um espaço de cultura e pesquisa, espaço de segurança e um espaço de saúde, que é um hospital.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – Parece que vocês estão virando um governo, né? Vocês vão fazer hospital, vão fazer tudo!

P/Jandson – De tal forma que a gente tenha que os corredores verdes preservados, aonde a gente ocupa alguns desses trechos entre esses corredores. Esse é o desenho que a gente tem para o empreendimento, de tal forma que aqui está a DF-001, aqui em cima, o acesso à terceira ponte é mais ou menos nesse pedacinho aqui, de tal maneira que existe uma conexão que vai acontecer entre os condomínios que já existem, ele desce num sistema viário, fazendo a conexão com a estrada do Sol, que tá aqui em cima. A gente deixa colorido apenas dentro da poligonal, que é o que a gente tem mais informações. Esse

verdinho clarinho são as áreas de APP, que são determinadas de preservação por legislação, que, na verdade, a gente amplia todas essas áreas verdes bem a mais do que o que a gente tem de APP. A RPPN vai ser criada nesse trecho aqui, depois o pessoal do meio ambiente vai dar umas informações bastante interessantes sobre essa região de cá. De tal maneira, que a gente tem os equipamentos públicos distribuídos ao longo da poligonal, e quando a gente olha tanto a etapa 1 – como eu falei, elas são divididas em duas etapas em função desses processos de lançamento desse empreendimento ao longo dos 30 anos, que é o prazo total desse empreendimento. Inclusive, aqueles valores que são apresentados pelo Rômulo, de 2 mil e tantas unidades... Eu ainda tenho uns segundinhos. São para os 30 anos, mas é importante a gente considerar essas proporções entre as áreas, está certo? O empreendimento de 100% da gleba trabalha com uma área pública verde, na etapa 1, de 56,79%. Quando eu considero as áreas permeáveis que têm dentro dos lotes, eu tô trabalhando com isso aqui, olha, 70... 30% aqui é efetivamente ocupado por edificação e vias, na etapa 1. E na etapa 2, a gente está trabalhando com essa proporção aqui, olha, 71% permanece como área verde e 28%, um pouco mais, como área efetivamente ocupada pelas edificações.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Lúcio – Aí é o documento final da Segeth, que fala sobre a aprovação do plano de ocupação. Agora, nós vamos começar a falar sobre a infraestrutura. Meu nome é Lúcio, eu sou engenheiro civil e agrimensor, e eu que coordenei os trabalhos de infraestrutura. Bem, aí está um resumo das infraestruturas que nós falamos lá no início. Eu vou agora explicar rapidamente cada uma delas, mas antes disso a gente vai falar do cronograma de implantação. Então, o tempo total de implantação das infraestruturas será de 4 anos. Observem que a RPPN tem prioridade, ela vai ser implantada logo no primeiro ano, do primeiro para o segundo ano, e já vai ser disponibilizada para uso da população. E todas as demais infraestruturas vão ser implantadas ao longo desse tempo. Essa aqui é a prioridade que a gente colocou para o empreendimento, no entanto, esse aqui é o cronograma de ocupação das áreas. Então, nós temos aqui duas etapas, como nós falamos. A primeira etapa são 10 fases, a segunda etapa mais 5 fases, dão um total de 15 fases, e foi previsto um prazo de ocupação de dois anos para cada fase, então, nós estamos falando aí de uma ocupação total do empreendimento, somente vai ocorrer em 30 anos. Isso significa um incremento populacional de cerca de 350 habitantes por ano, essa que é a previsão. Ou seja, o empreendimento só vai se concluir, a implantação total, em 2049.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Lúcio – Bem, sobre o sistema de abastecimento de água, estão as fases todas, as vazões foram calculadas por fase. Foram estudadas quatro alternativas para a implantação

do sistema de abastecimento de água, e aquele que se revelou mais viável é uma conjugação de abastecimento por meio de poços profundos, que foi outorgado pela ADASA, 6 poços. E, depois, vai ter uma interligação com o sistema da CAESB. A CAESB respondeu, por meio de uma carta – está escrito aqui, em 2017 –, que ela tem condição de atender o empreendimento assim que o sistema do Paranoá entrar em operação. Esse sistema do Paranoá é um grande sistema de captação que vai atender toda a região do Paranoá, Itapuã, São Bartolomeu, Jardim Botânico, Tororó, até a DF-140. É um sistema que é um investimento de 400 milhões de reais, e numa consulta recente agora, a CAESB nos respondeu que o sistema já está contratado, as estações foram feitas e eles estão em fase agora de negociação com a Caixa Econômica para liberação dos recursos. Então, está aí a outorga da ADASA pra captação dos poços profundos. Nós colocamos esse quadro aqui... depois o pessoal... Dr. Paulo Carneiro e os demais integrantes vão falar sobre a questão dos recursos e dos subterrâneos. Foi feito um estudo hidro-geológico, o Marcelo (ininteligível) que fez o estudo, e foi acusada uma reserva explotável anual de 201.000m³ que dá 791m³ por dia, Essa é a reserva explotável. Quer dizer, aquela que pode ser usada sem prejuízo dos recursos hídricos subterrâneos.

P/Pessoa não identificada – Vocês têm outorga ADASA? É tão difícil, como é que vocês conseguem, hein?!

P/Lúcio – A ADASA outorgou 461m³, esses 461m³ corresponde a 58% da reserva hídrica, ou seja, foi concedida uma parcela dos recursos da água subterrânea. No entanto, essa vazão tende até a quinta ou sexta primeira fase, seria suficiente para implantar o empreendimento até 2031. Considerando que a CAESB já vai implantar o sistema nos próximos anos, essa interligação seria feita muito antes do que isso. Estão aí as estruturas que vão ser implantadas, os reservatórios... Bem, sobre o sistema de esgotamento sanitário tá aí o cálculo das vazões do sistema de esgotamento. Foram estudadas três alternativas, e a alternativa mais viável é aquela alternativa que vai ser o sistema 100% próprio, com meio de redes, sistema de reuso de água e uma estação de tratamento de esgoto de alta tecnologia. Vai haver um sistema de separação de águas cinzas e águas negras, são aquelas águas cinzas que são usadas para reuso e, depois, as águas negras seguem pra estação de tratamento num ciclo, que a gente representou dessa forma aí. Então, uma parte do tratamento é feita no interior dos condomínios e o restante do tratamento é feito numa ETE compacta. Estão aí as características da ETE, sistema de reuso... a água... o efluente tratado vai ter classe 1, que é superior aos recursos hídricos existentes na região que, aliás, são de boa qualidade, mas são de classe 2. Além disso, tem aproveitamento para produção de energia, etc. Está aí a ETE. Para você ter uma ideia, um módulo desse cabe dentro de um container, atende 200 famílias, é um sistema de alta tecnologia. E a gente colocou esse quadro só para fazer uma comparação do que significa isso. O efluente tratado... esses dois números que estão em negrito aqui, comparam a

quantidade de matéria orgânica do efluente após o tratamento, 1,64mg/L. E a característica que a ADASA outorgou, ou seja, 9,46mg/L. Quer dizer, ele atende com folga as especificações da ADASA, inclusive, tem qualidade superior aos corpos hídricos existentes. A carga de matéria orgânica, por exemplo, que foi outorgada pela ADASA, foi de 425mg/L e nós atendemos aí 43mg/L. Então, isso aí é fruto da tecnologia que vai ser implantada lá. Estão aí as características do efluente, medidas comparativas, por exemplo, de (ininteligível) que, praticamente, equiparava à água potável. A outorga da ADASA, que concedeu o lançamento de efluente líquido.

P/Pessoa não identificada – Qual que é a data desse (ininteligível)?

P/Pessoa não identificada – Você pode voltar para ver a data da outorga, por favor?

P/Lúcio – Questão de reuso de águas, vão ser usadas no empreendimento para reuso de água, como por exemplo, combate a incêndio, irrigação, etc.

P/Pessoa não identificada – Você pode voltar a outra tela, por favor?

P/Pessoa não identificada – Você pode voltar para ver a data da outorga, da data, por favor?

P/Pessoa não identificada – Isso!

P/Pessoa não identificada – Existe um número aí?

P/Lúcio – 2017, a outorga.

P/Pessoa não identificada – Não. (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – Volte no documento.

P/Pessoa não identificada – Aí! Qual o número que está aí?

P/Lúcio – Desculpa.

P/Pessoa não identificada – 538!

P/Lúcio – Só um minutinho.

P/Pessoa não identificada – Número, número!

P/Lúcio – 538 de 03 de agosto de 2017. Bem, com relação à drenagem pluvial, o sistema ficou muito simples, porque como existe uma área permeável muito grande, então, a ideia é produzir pequenas estruturas de drenagem, são dissipadores, canaletas, jardins pluviais, áreas para infiltração, etc. Não vão ter galerias, grandes estruturas de lançamento, nada

disso. Tem a outorga que foi concedida pela ADASA, também em 2017. Então, é esse tipo de estrutura que vai ser usada, são canteiros laterais às vias, para acomodar água da chuva. A ideia é manter a água onde ela cai, então, não vão ter galerias, não vão ter sistemas com grandes estruturas, são todos pequenos sistemas que incorporam, colaboram na incorporação da água no próprio meio ambiente, contribuindo para recarga de aquíferos. Nas poucas áreas impermeabilizadas, por exemplo, estacionamentos, vão ser usadas estruturas deste tipo, com reservatórios subterrâneos para manter a água e ser usada, inclusive, pra reuso também. Dentro dos condomínios vão ser usados pisos drenantes, ao longo das vias os (ininteligível) vão ser gramados, com canaletas, pequenas descidas d'águas com pequenos dissipadores, dessa forma. É uma forma de fazer o sistema de drenagem mais integrado ao meio ambiente natural. Quanto aos resíduos sólidos, também foi feita consulta ao SLU, aí está toda a produção de resíduos sólidos prevista para todas as fases. Vai ter um sistema de coleta seletiva e separação, que é algo que já é muito comum em vários condomínios já tem sido implantado. Então, vai ser implantado um sistema, está aí a carta do SLU também, dizendo que não tem maiores dificuldades de atender o volume que vai ser gerado. A iluminação pública também tem o cálculo de todas as cargas elétricas que vão ser produzidas ao longo das 15 fases para os 30 anos. Vão ser usados sistemas convencionais de rede elétrica aérea, na sua maior parte aérea, no padrão CEB; iluminação pública com redes de serviços de telefonia multiuso; iluminação e sistema LED. A gente tem uma previsão de fazer produção de energia elétrica por meio de células fotovoltaicas. Então, está aí, a maior parte vai ser dessa forma, esquematicamente, são as redes aéreas. Em alguns trechos vão ter travessias subterrâneas de redes elétricas, e sistemas de iluminação por LED, e produção de energia elétrica por meio de energia solar. Aí a carta da CEB dizendo que tem condição de atender a demanda, desde que sejam atendidos os padrões da CEB de projetos. Agora, nós vamos apresentar os estudos ambientais.

P/Pessoa não identificada – Vou voltar a perguntar. Vocês vão disponibilizar esse material pra gente?

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rafael – Boa noite. Meu nome é Rafael.

P/Eric – Só um segundinho, Rafa.

P/Pessoa não identificada – Essa apresentação que a gente gostaria de ter.

P/Eric – Então, a gente disponibiliza para vocês, tá?

P/Pessoa não identificada – Obrigada.

P/Eric – Quero só dar um recadinho. O pessoal do apoio já está começando a organizar as

perguntas, eu queria perguntar... quem já fez a pergunta? Porque o pessoal já vai passar aqui para recolher as perguntas e a gente já tentar organizar no final, pra gente poder responder pergunta a pergunta por bloco.

P/Pessoa não identificada – Isso não foi colocado como procedimento no início.

P/Pessoa não identificada – Não. A gente quer ouvir a apresentação toda para depois saber o que são nossas dúvidas.

P/Pessoa não identificada – Ah, não! Nós vamos fazer pergunta individualmente (ininteligível).

P/Eric – Mas alguém fez pergunta ainda?

P/Pessoa não identificada – Não. A gente está esperando a apresentação.

P/Eric – Então vamos seguir!

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rafael – Podemos seguir, então? Vamos seguir.

P/Pessoa não identificada – Vocês têm mais 20 minutos para apresentação (ininteligível).

P/Eric – Foi só uma sugestão para gente poder otimizar.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rafael – Bom...

P/Pessoa não identificada – Zerou o cronômetro?

P/Pessoa não identificada – Zerou.

P/Pessoa não identificada – Vocês ganharam o tempo do zero? Vocês já estavam... Volta pra 01h05.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rafael – Bom, eu vou começar, enquanto corrige aí o cronômetro, tá, gente? Meu nome é Rafael, sou diretor da ProjePlan. Agora, já feitas as explicações a respeito da apresentação do empreendimento...

P/Pessoa não identificada – Pode ficar mais no centro?

P/Pessoa não identificada – Venha mais para o centro.

P/Pessoa não identificada – Obrigada.

P/Rafael – Nós vamos entrar nas questões que (ininteligível) aos estudos ambientais, propriamente dito, que compõe o Eia Rima.

P/Pessoa não identificada – Está parado o cronômetro.

P/Eric – Ele vai começar. Por sorte, a gente tirou uma foto, estava 01h05, aí vai continuar, tá?

P/Pessoa não identificada – Aham, está. A gente também está controlando.

P/Rafael – Bom, só uma observação rápida. Os estudos ambientais são compostos, principalmente, por um diagnóstico ambiental e um prognóstico ambiental. O diagnóstico ambiental é uma espécie de um retrato do que existe lá na região. Então, são feitos estudos das mais diversas disciplinas, que compõem os meios bióticos (fauna e flora), socioeconômico e físico. O diagnóstico ambiental, então, você tira um retrato do que tem lá hoje, foi o que nós fizemos. Após esse momento, faz-se o prognóstico ambiental, que é um levantamento dos eventuais impactos que possam vir a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento e toda essa estrutura que foi apresentada, juntamente com os estudos que nós fizemos em campo. Para que seja feito o diagnóstico ambiental, tem que ser definida a área de estudo, certo? Então, nós temos a área de influência direta e a área de influência indireta. A área de influência direta dos meios físico e biótico é a poligonal do parcelamento, que vocês estão vendo aí. Seria a poligonal...

P/Pessoa não identificada – E o cronômetro?

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Pessoa não identificada – Tinha 01h05, a gente botou 02h55 (ininteligível).

P/Rafael – Então, a poligonal do empreendimento...

P/Pessoa não identificada – Pare o cronômetro e vamos acertar esse cronômetro aí?

P/Eric – Só um segundinho, gente. Vamos acertar o cronômetro aí? Só um segundinho.

P/Rafael – Tá certo, gente.

P/Pessoa não identificada – Não, não tá certo, não! Tava 01h05 e tá 01h54.

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Eric – Só um segundinho. É que nós tínhamos 3 horas para apresentar toda a audiência,

todos os estudos, e aí, estava 01h05 e agora tá regredindo. Então, se somar 2h mais 01h05, tão as 3h.

P/Rafael – Posso continuar, então, gente?

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Rafael – Então vamos em frente.

P/Eric – Obrigado.

P/Rafael – A área de influência direta de socioeconômica são as 3 RAs, como já foi dito pelo Prof. Jandson aqui. Jardim Botânico, São Sebastião e Lago Sul. Áreas de influência indireta dos meios físico e bióticos é a bacia de contribuição do (ininteligível), é a unidade de gestão, (ininteligível), unidade de gestão de estudo ambiental para os meios físico e biótico é a bacia de contribuição. Pro meio socioeconômico foi definida uma área de influência indireta com todo o Distrito Federal. Por quê? Na nossa visão, esse empreendimento vem trazer um novo paradigma de ocupação de solo DF, diferente da horizontal que a gente tem hoje. Como foi dito já pela equipe de infraestrutura, hoje a gente tem um padrão de impermeabilização muito grande e no nosso entendimento, nós viemos trazer um novo padrão de ocupação do solo, de forma a respeitar mais o meio ambiente, deixar mais áreas livres, 70% de área verde preservada, intacta. Então, a gente entende que, a partir de agora, vai haver uma nova forma de olhar, de entender a ocupação de solo no DF inteiro, por isso a influência indireta na socioeconômica seria o DF inteiro.

P/Eric – Vou só fazer um bate-bola aqui com o Rafa. Bom, aí, a gente vai entrar agora também nas descrições dos canais naturais de escoamento superficial. Nós identificamos, também, na área do projeto, alguns canais naturais de escoamento superficial, que são canais de drenagem, que está associado a uma resposta direta à contribuição pluviométrica, ou seja, a contribuição da chuva. Então, foi feito todo um estudo, levando em consideração o tipo de solo, cobertura vegetal, comprimento, profundidade do canal, declividade do terreno. E, a partir daí, gera-se um modelo matemático e definem-se as áreas que vão proteger canal por canal, está? Então, esse é o mapa que nós temos aqui. É importante visualizar também que nós temos, em verde, as áreas de preservação permanente, que são as áreas que são definidas pelo código florestal e resolução (ininteligível). E dentre a nossa proposta de empreendimento, nós temos aqui algumas nascentes que vão ser protegidas, está? Eu contei aqui... nós temos aqui cerca de 7 nascentes que estão dentro da área do empreendimento, e fora da poligonal do projeto, nós temos outras nascentes que já estão ocupadas por áreas urbanas. Essa poligonal do projeto...

Mais de uma pessoa falando – (ininteligível)

P/Eric – Então, nós temos aqui um recorte dessas áreas. Nós temos aqui, como exemplo, algumas nascentes já tipicamente ocupadas, então, a nossa ideia é para essas áreas que estão dentro do nosso loteamento, elas vão ficar basicamente dentro da RPPN ou de área verde. Nosso interesse é preservar essas áreas. Então, aqui, só um exemplo típico, um recorte daquela figura, uma ampliação. E, aqui, a RPPN... Devolvendo pro Rafinha a palavra.

P/Rafael – Só complementando: são 18 nascentes, está, no Taboca. Dentre essas, só reforçando o que o Eric falou, sete estão dentro do nosso empreendimento e elas vão estar todas protegidas pela RPPN, tá? Diferente do que a gente tem hoje, que a gente tem onze nascentes que tem ocupação sim muito próximas, drenagens de condomínios lançando águas dentro dessas nascentes, águas não tratadas. No nosso caso todas as nascentes vão estar protegidas pela reserva particular do patrimônio natural, ok? Bom, falando rapidamente sobre o que é uma RPPN. É uma unidade de conservação de uso sustentável, está? Todos os estudos que vão ser realizados serão baseados no preconizado pelo instituto (ininteligível) preservação da biodiversidade, plano de manejo. É uma reserva, como já foi falado pelo professor Jandson, são intransferíveis, ou seja, vai ser uma reserva que vai ficar para a eternidade, tá? Não pode ser revogado esse tipo de uso. Como já foi falado também pelo Lúcio, ela vai estar disponível logo nos primeiros anos para toda comunidade do Jardim Botânico, São Sebastião, Lago Sul e todo DF, tá? Por ser uma unidade de uso sustentável, alguns aqui podem não saber, ela permite alguns usos, tais como estudos científicos, lazer, turismo, educação ambiental, entre outras atividades que vai proporcionar uma melhoria de qualidade de vida pra todo o bairro. Então aí alguns exemplos rapidamente do que pode ser visto em RPPNs, lembrando que é a segunda maior RPPN do DF e a maior RPPN em área urbana. Vou convidar agora o profissional de socioeconômica, o Vitor, para explicar essa parte.

P/Vitor Mamede – Obrigado.

P/Voz não identificada– Cadê a fauna?

P/Voz não identificada– Flora?

P/Voz não identificada– E a Flora?

P/Voz não identificada– Biologia, solo, (ininteligível).

P/Voz não identificada– Já estamos (ininteligível). Estamos na criação de emprego, a maravilha que vai trazer.

P/Vitor Mamede – Boa noite a todos e todas. Eu me chamo Vitor Mamede, sou engenheiro ambiental, formado em 2006 pela Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. Então trabalho nessa parte socioambiental desde 2008 e vou apresentar para vocês então o diagnóstico ambiental do meio socioeconômico. Estão aqui os responsáveis técnicos, está? A Gisele e a Helena, que tocaram as duas etapas aí do estudo e eu como o responsável pelo meio socioeconômico dentro do escritório da (ininteligível). Então basicamente o que quê é esse diagnóstico socioeconômico. Como o próprio nome já diz é um diagnóstico, né? É um retrato da realidade do local. Então ele é feito um estudo do meio social e econômico da região de interesse com qual finalidade? Qual objetivo? Então o objetivo é entender os impactos de acordo com o perfil dessa comunidade que vive na região onde vai ser implementado o empreendimento, tanto os impactos diretos como os indiretos. Então como que é feito esse diagnóstico? Por meio do levantamento então de dados secundários e primários. O que quê são esses dados secundários e primários? Os dados secundários basicamente foram baseados na Codeplan, na pesquisa distrital por amostras de domicílios. Então, como já foi falado aqui, esse é um dado secundário, ou seja, é um dado, uma pesquisa que já foi realizada e esses dados são pesquisados e também os dados primários são aqueles dados coletados em loco, ou seja, no local do estudo, tá? Então também foram enviadas cartas consultas aos órgãos e entidades públicas como já foi demonstrado aqui pelo Lúcio, tá? As cartas consultas tanto na Caesb e a CEB, nos órgãos, respectivos órgãos. E também, por último, é feito um reconhecimento local para entender um pouco o contexto, né, da região e delimitar então principalmente essas áreas de influência do meio socioeconômico, que é um meio mais subjetivo, né, de se definir os impactos com relação à implantação do empreendimento. Então basicamente, como já foi falado aqui pelo Rafael, a área de influência direta é o DF como um todo, a indireta, e a área de influência direta, mas três RAs ali que possuem uma relação mais próxima entre elas. Então como a gente pode verificar aqui então no mapa, a área de influência direta é todas as RAs do DF e a área de influência direta é aqui então o Lago Sul, Jardim Botânico e São Sebastião. Bom, São Sebastião então já foi parte do Paranoá, então a partir de 93 se tornou uma RA. Em 2004 parte de São Sebastião então começou, passou a integrar a região administrativa do Jardim Botânico. Vale ressaltar que 39% da população possui o ensino fundamental incompleto, essa é a escolaridade predominante na RA, tá? E 65% dos domicílios são próprios e 39% destes estão em terrenos regularizados. Com relação ao Lago Sul ele fez parte do plano piloto até 1994 e hoje em dia ela abriga algumas quadras residenciais e comerciais, o próprio aeroporto, né? A escolaridade... é um bairro com poder aquisitivo maior, então é uma escolaridade elevada, a maior parte da população tem o ensino superior. 79% dos domicílios são próprios e estão em terrenos regularizados. Apenas 8% não estão em terrenos regularizados na região administrativa do lago sul. No Jardim Botânico então, como foi falado aqui, foi criado em 2004, formado por parte do território de São Sebastião e Paranoá. A RA é formada basicamente por condomínios horizontais. A escolaridade é

elevada também por um poder aquisitivo um pouco maior que São Sebastião e a maior parte dessa população que reside então no Jardim Botânico também possui escolaridade de ensino superior. E 74% dos domicílios são próprios e estão em terrenos não regularizados, né, um panorama aí um pouco diferente do Lago Sul, que a gente tem, até por diversos contextos, todo mundo aqui que morra já deve saber um pouco. Então com características gerais aí dessas três RAs aí presentes na área de influência direta. A gente pode perceber que o Lago Sul tem a maior renda per capita por pessoa, em torno aí de oito mil reais. O jardim botânico aproxima ali dos quatro mil, ou seja, a metade, né, da renda per capita e São Sebastião é quatro vezes menor mais ou menos ali do que o Jardim Botânico e aproximadamente oito vezes menor do que a renda per capita no Lago Sul. Então a gente percebe que tem uma disparidade, uma diferença aí nesses dados. Com relação aos automóveis, por ser uma rede do Lago Sul, por ter um poder aquisitivo maior, um poder de compra maior, tem uma média de 0,74 automóveis por habitante, tá? Enquanto a gente vê ali que São Sebastião tem aproximadamente 0,2 habitantes possuindo automóvel. Então com relação a... até já foi mencionado aqui essa questão, né, que a gente tem a RA de trabalho das três RAs, então se a gente perceber em São Sebastião apenas 29% trabalha na própria região administrativa, a maioria trabalha no plano piloto, igual nas três regiões administrativas. No Lago Sul 70% trabalham no plano e ali, como foi falado aqui, no Jardim Botânico é a região que possui o menor índice de pessoas que trabalham dentro da própria RA. Tudo isso que eu estou falando aqui é baseado na pesquisa da Codeplan, tá? São dados secundários que eu estou apresentando. Então, para gente entender um pouco melhor aqui, detalhando um pouco essa questão do Jardim Botânico, se a gente verificar, o plano piloto absorve a maior parte, depois vem a própria RA e no restante é distribuído entre essas demais regiões administrativas aí do DF. O que mais a gente percebeu nesse gráfico então é a situação ocupacional de cada região administrativa. A gente pode perceber aqui que 45% da população tem trabalho remunerado. A questão de desempregados aqui é 8%. Eu estou destacando aqui, porque a gente vai ver as outras RAs, a gente comparar um pouco, e uma baixa taxa de aposentados em relação as outras duas RAs devido à própria... A gente sabe que o Lago Sul e o Jardim Botânico já tem uma população um pouco mais envelhecida, então tem a presença de mais aposentados.

P/Voz não identificada– Mas qual é a fonte desses dados?

P/Voz não identificada– Tudo (ininteligível). Codeplan. A gente pode perceber aqui também que no Lago Sul a gente tem uma taxa de trabalho remunerado... Só lembrando que essa pesquisa aqui que foi usada foi na época que o estudo foi elaborado, está? Então são os dados da Codeplan da pesquisa 2015, 2016, lançados em 2016, de acordo com a época que o estudo foi realizado e na época da publicação, porque normalmente esses dados eles são publicados ao longo do ano, né? Cada RA tem a sua data de publicação. Então como a gente pode... voltando aqui, como a gente pode ver, essa RA, a RA do Lago

Sul tem a mesma quantidade, parecida, de trabalhadores remunerados, porém tem uma taxa muito maior de aposentados e uma taxa menor de desemprego, né? Por mais que tenha uma taxa de trabalho remunerado de acordo com São Sebastião, parecido, em torno ali... entre 40 e 50%, mas tem um número muito grande de aposentados e uma taxa menor de desempregados, que a gente sabe que é uma região que tem pessoas com mais escolaridade, tem mais facilidade de estar conseguindo um emprego. O mesmo acontece um pouco no Jardim Botânico, tem uma quantidade menor de aposentados, mas também bem superior a região de São Sebastião e uma taxa de desemprego também menor do que a RA de São Sebastião e parecida com a RA do Lago Sul, apenas um pouco maior. Com relação à rede de abastecimento, a gente pode perceber ali, com relação à água, que 98% São Sebastião, 99% Lago Sul e o Jardim Botânico é o que tem o menor percentual de abastecimento de água, 100% no abastecimento de energia elétrica, no fornecimento de energia elétrica nas três RAs e com relação à esgoto a gente percebe aí que o Jardim Botânico está bem abaixo das demais RAs. A maioria das residências, como a gente pode perceber aqui, possui o tratamento tipo fossa séptica e fossa rudimentar, maioria da fossa séptica, né? Com relação ao abastecimento, então como foi falado ali no gráfico anterior, 88%, abastecimento de água e o restante é dividido aí entre poço artesiano e os poços rasos, né, famosas cisternas. Com relação à coleta de lixo: a gente tem uma taxa aí de aproximadamente 92%, né, tanto na coleta normal, quanto na coleta seletiva e 8% é encaminhado para outro destino, não é coletado. Com relação à área construída: a gente pode perceber aí, basicamente eu apontei aqui só a questão do Jardim Botânico, que é onde realmente vai estar o empreendimento. A gente pode perceber que a maioria das residências tem entre 151 a 250 metros quadrados, está? E o segundo colocado, acima de 250 metros quadrados. Então são residências com áreas grandes, construídas, né, que reflete o padrão econômico da região administrativa. Aqui a gente pode perceber que desses 92% de todos os imóveis ali na região do Jardim Botânico, 92% está com o contrato de compra e venda e apenas 5% possui a escritura definitiva. Então a maioria dos imóveis possuem esse contrato de compra e venda aí. Aqui com relação ao uso do solo. A gente pode perceber aqui na RA do Jardim Botânico que predomina então a agricultura, essa manchinha aí amarela, predominante aí, ela está mostrando... são áreas de agricultura nas duas porções aqui da RA, está? Aqui a gente detalha melhor. Então a agricultura 142 quilômetros quadrados, campo 57,8, área urbana aí um pouco menos de 50% no Jardim Botânico. Aqui uma foto ali na estrada do sol, está aqui uma parada de ônibus mostrando como é que é a questão de infraestrutura na região administrativa, ainda carece de alguns equipamentos, né? Aqui é um comercial... Aqui é a região de comércio próximo à DF 001, tá? E aqui é a região de comércio mais desenvolvida ali próximo a (ininteligível) também, mais conhecida. E aqui a RA do Lago Sul, então a gente pode perceber que no Lago Sul diferentemente do Jardim Botânico a gente tem a predominância de cerrado, tá, seguido então da área urbana que também tem um pouco menos de 50%, mas tem uma área verde

um pouco maior. Aqui a gente consegue entender um pouco a questão da infraestrutura, a diferença, né, o Lago Sul, uma região administrativa mais antiga, de um poder aquisitivo alto, com uma infraestrutura, né, já, uma maior infraestrutura disponível, equipamentos públicos também, área de lazer, né, o próprio lago Paranoá, atividade de pesca, quadras esportivas, equipamentos comunitários e também alguns parques residenciais aqui no caso da península, está? E aqui o pontão do Lago Sul também. É uma RA que oferece um pouco mais de infraestrutura. E aqui, voltando aqui à questão do uso do solo, São Sebastião, a gente percebe que também São Sebastião, a maior parte de uso do solo está relacionada com a atividade de agricultura. Então representando aí a maior parte do uso do solo da agricultura, 363 quilômetros quadrados, depois campo de área urbana bem pequena, por ser uma RA também de uma extensão territorial bem maior. Então aqui é uma foto para gente entender um pouco dessa ocupação de São Sebastião, talvez a ocupação com o padrão mais desordenado que as demais, né, algumas construções, se a gente puder... acho que aí é a Vila da Boa Vista, né, a gente percebe que tem um padrão construtivo, um padrão de infraestrutura um pouco diferente das demais RAs.

P/Voz não identificada– A gente não precisa saber da pobreza de São Sebastião não, a gente quer ouvir sobre (ininteligível).

P/Vitor Mamede – Não, é porque o estudo socioeconômico fala da área de influência direta que...

P/Voz não identificada– Vai para o empreendimento, (ininteligível), o tempo está acabando.

P/Voz não identificada– Continua aí, por favor, pode continuar.

P/Vitor Mamede – Aqui é com relação as expectativas identificadas na região. Então a expectativa de regularização fundiária das áreas adjacentes, a expansão urbana de forma organizada, melhoria dos pontos de fluxo, ampliação da oferta de transporte público e também a ampliação da oferta de equipamentos públicos. A ampliação da oferta de postos de trabalho, aumento das receitas tributárias e transferências de mercadoria, criação de oportunidades de negócios e prestação de serviços, incremento das atividades comerciais e melhoria na oferta e demanda de bens de serviços na área de influência. Obrigado. Vou chamar aqui então agora quem vai ser responsável pela apresentação do meio físico, é o Paulo Carneiro. Obrigado.

P/Paulo Carneiro – Boa noite. Meu nome é Paulo Carneiro, eu sou geólogo, aquelezinho ali da foto, responsável por parte do estudo de meio físico. O meio físico basicamente fez uma análise do clima da região, todo mundo conhece, das questões relacionadas à geologia, da forma de relevo, dos ambientes dentro dessas diferentes formas de relevo.

Aqui a gente tem a chapada, as regiões dissecadas de vale, os tipos de solos que predominam na região e o objetivo disso é analisar esses fatores em conjunto para obter parâmetros que definem da melhor forma possível as fragilidades do terreno para fins de ocupação. Então um dos elementos desses indicadores é a declividade do terreno, que junto com os levantamentos topográficos disponibilizados e tendo em conta os fatores de solo, geologia e relevo, além das coberturas... Desculpem, não sou acostumado com isso aqui não. Definem aqui as classes de declividade. Então o verdinho significa menos de 5%, esse verde limão de 5 a 20%, o laranja de 20 a 30% e o marrom acima de 35%. De 20 a 30%, é, tem, obrigado. Está difícil pra enxergar aqui. Mas o importante é que a poligonal mostra que dessas classes todas a classe de 5% não tem tenda poligonal. O predomínio aqui é dessa categoria e dessa, né? O predomínio dessas duas últimas categorias aqui, de 20 a 30 e maior que 30, né? Mais adiante. Em função dessas circunstâncias de declividade, se elege um outro parâmetro que é a susceptibilidade dos solos aos processos erosivos, tá? Então foi identificado também dentro da poligonal, mais uma vez... a lampadazinha não quer funcionar... obrigado. Então, nós temos aqui zonas de alta susceptibilidade, média, baixa e muito baixa. Então dentro da poligonal há um pré-domínio da categoria de média susceptibilidade a processos erosivos. Bom, com isso então, fica, vamos dizer assim, fica definido, fica definido uma região dentro da poligonal aonde a ocupação pode se dar e a empresa que realizou o estudo urbanístico tirou partido dessas informações e propondo que sejam ocupadas as zonas dessa média condição de susceptibilidade de processos erosivos, que está dentro também, coincide com as áreas de 20 a, deixa eu voltar aqui, de 20 a 30% de declividade, essa área aqui. Bom, do ponto de vista então geológico, geomorfológico é isso. Outro...

P/Voz não identificada– Isso fere a lei do parcelamento de solo.

P/Paulo Carneiro – Não, não fere não, senhora. Vamos seguir. Em relação aos recursos hídricos já foi explicado que nós temos duas áreas, a área da bacia do... do... do Taboca e a área específica da... cadê? O Taboca é esse aqui e o Taboquinha e a área em específico é da poligonal aqui, só incidindo sobre essa bacia. O estudo de recursos hídricos feito pelo colega levantou a situação de diversos postos que já são utilizados atualmente no abastecimento dos condomínios lá existentes.

P/Voz não identificada– Quantos são, senhor? Quantos postos já existem?

P/Paulo Carneiro – Cerca de 18, 18 postos estão cadastrados no...

P/Voz não identificada– Que vão estar na mesma área dos seis que vocês solicitaram outorga?

P/Paulo Carneiro – Da bacia como um todo. E dentro da área da poligonal, já foi dito aqui

pelo Lúcio, cerca de seis postos poderão ser abertos para a obtenção do volume de água necessário para o abastecimento até a quinta fase da implantação do empreendimento para dar um volume disponível daquela ordem ali de 201 mil mais ou menos metros cúbicos por hora. Não, desculpa, 201 metros cúbicos explotável anual. Eu estou muito nervoso aqui por causa do tempo, não consigo me controlar. Mas enfim, a disponibilidade hídrica da área, né, está dentro das condições do abastecimento, isso já foi explicado e ela também está dentro das condições de outorga, isso também já foi explicado. Então esses dados, esses elementos que estão no relatório que está disponível, o relatório está aberto para qualquer pessoa ler, tomar conhecimento dos detalhes que não vão ser possível trazê-los todos aqui. Com relação à qualidade da água, foram identificados vários pontos aonde foram coletadas água para definir os parâmetros de qualidade. Foram esses elementos aí todos estudados, foram estudados em duas estações, estação de chuva, estação de seca e como já foi mencionado aqui também, a questão da qualidade da água ou os corpos, vou voltar aqui, os corpos hídricos são de classe dois, conforme as características aqui desses parâmetros, né? E o Índice de qualidade definido em função daqueles parâmetros é de uma água de boa qualidade naqueles corpos hídricos na estação seca e na estação chuvosa, em anos diferentes, né, 2013, 2016 foram feitas essas coletas e analisadas... ela se mantém na (ininteligível) de qualidade boa. O último item analisado foi a questão de ruídos e esse parâmetro também consta no relatório, foram feitas várias medições e a gente tem aí um gráfico demonstrando que as questões relacionadas a ruído são essencialmente em função do tráfego de veículos e isso não vai mudar, vai ficar mais ou menos na mesma condição, né? Os níveis de ruídos estão aí definidos, medidos abaixo, a maior parte dos parâmetros definidos por lei e vão permanecer nessa condição em função de que não há acréscimos, não há indústrias, não há outros tipos de poluentes sonoros na região. Muito obrigado. Desculpem pelo nervosismo, mas era o... eu passo a palavra agora pra o colega do meio biótico.

P/Renato Lobo– Boa noite a todas e todos. Meu nome é Renato Lobo, eu sou responsável...

P/Voz não identificada– Só uma questão de ordem. Se passou uma hora e meia (ininteligível).

P/Voz não identificada– Gente, nós vamos deixar ultrapassar também para chegar nos 50% (ininteligível).

P/Renato Lobo– (ininteligível). Eu sou Renato Lobo, eu sou engenheiro florestal formado aqui da (ininteligível), com mestrado em manejo florestal também pela (ininteligível) e somos responsáveis técnicos pela parte de flora, né? Bem, o estudo da flora, ela primeiramente foi baseada em termo de referência do (ininteligível) e o objetivo era mapear,

identificar todas as formas vegetais existentes, né, além de caracterizar a vegetação de maneira qualitativa e quantitativa. Qualitativa por meio da composição de espécies, a questão fitossociológica, espécies protegidas. Quantitativamente são aspectos quantitativos, volume de madeira que tenha estocado lá e estoque de carbono também. Para fazer estudo da vegetação primeiramente a gente faz o mapeamento dessa vegetação em que é classificado e mapeado todas as fisionomias vegetais, as formas de vegetação. A gente utilizou para fazer essa classificação os autores Ribeiro e Valter, né, em que eles separam a vegetação do cerrado em formações florestais, savânicas e campestres. Que essa divisão foi o que orientou o nosso estudo. O nosso estudo, quando a gente está estudando a vegetação é o estudo amostral, então conforme a vegetação amostrada são feitos por meio de parcelas amostrais em que ele possivelmente é avaliado a (ininteligível) amostral tanto qualitativa quanto quantitativa. Foi registrado três extratos, que é, como eu disse, florestal, savânico e campo, e foram distribuídos em dados amostrais por essas formas de vegetação de maneira a gente avaliar e trazer as informações pertinentes ao estudo. Esse é um mapa com essa diferenciação por formação, que posteriormente essas formações foram destrinchadas em fitofisionomias, tipologias vegetais. Os pontinhos pretos foram todos pontos amostrais distribuídos aleatoriamente pela área de estudo. No total foram lançadas 43 parcelas, 43 unidades amostrais contemplando tanto a área de influência direta quanto indireta, e o critério de inclusão foi pelo decreto 14783, que era vigente à época. Então todas as árvores no interior dessa parcela eram mensuradas, medidas e cada parcela instalada foi georeferenciada. Aqui alguns aspectos do levantamento de escampo, coleta botânica, instalação de parcelas, (ininteligível) de paisagem e aqui já é um mapa mais detalhado contendo a divisão por fitofisionomias. Não é possível ver muito bem, mas o estudo está disponível, assim como os mapas pra quem tiver interesse de verificar isso aí. Então 89% da área do (ininteligível) é ocupada pó vegetação nativa, divididas pelas fitofisionomias de mata de galeria, mata seca, cerrado sentido restrito, campo limpo e campo sujo.

P/Voz não identificada– Qual (ininteligível) de cada tipo?

P/Renato Lobo– Eu vou dar continuidade, depois a gente volta nas perguntas. Então aqui eu trago resultados gerais separados pelas formações, no caso pelas formações florestais onde tem uma maior diversidade e na parte campestre menos diversidade. Ao todo foram identificadas 249 espécies pertencentes a 63 famílias botânicas. Essa alta diversidade é pela variedade de ambientes, em que a gente tem desde campos a florestas. Aqui eu trago o resultado fitossociológico que faz avaliação das espécies como o comportamento das espécies perante as outras. Aqui são as espécies mais importantes, em que a espécie que mais se destacou foi a mexerica, que é a (ininteligível). E aqui eu trouxe uma informação das espécies de interesse comercial com maior volume de madeira (ininteligível) e a copaíba que tem em grande estoque lá na área. Esse aqui é o resultado da suficiência

amostral que demonstra se o estudo foi suficiente para prever aquela vegetação, então foi avaliado de maneira quantitativa por meio de um erro percentual definido em termos de referência, que no caso o nosso erro máximo era 20% pra densidade, pra quantidade de árvores a gente atingiu o erro de 8,94% e pro volume de madeira 13,26%. E a suficiência amostral qualitativa, que demonstra ao longo do levantamento se apareceria ou não as espécies que percebem que tem uma nítida tendência à estabilização, ou seja, ampliando a amostragem não necessariamente a gente contraiu um quantitativo grande de espécies. Em termos de espécie conservacionistas, foram registradas 21 espécies conforme o decreto 14.783, que foi revogado recentemente, conforme a legislação federal foi encontrada uma espécie a espécie de interesse conservacionista conforme a IUCN foram três espécies. O estudo traz a listagem das espécies protegidas e que terão programas e (ininteligível) específicos para a conservação das mesmas. Convido o professor Reuber para dar continuidade na parte de fauna.

P/Reuber – Bom, boa noite a todos. Meu nome é Reuber, eu sou professor do departamento de lei florestal da cidade de Brasília, biólogo, trabalho especialmente com ecologia da fauna do cerrado, né? Então fiquei na coordenação junto com o Daniel Velho, que também é mestre em biologia animal e a nossa equipe trabalhou então com toda a parte de fauna, teve uma divisão forte de todos os grupos, cada grupo tem que ter uma especialidade característica de acordo para localizar os animais, então trabalhamos com um grupo grande composto em sua maioria por doutores, todos muito qualificados. Também a nossa metodologia de amostra seguiu as especificações do termo de referência do IBRAM, então nós seguimos os pontos amostrais que foram determinados de acordo com o tema de referência e também colocamos pontos um pouco (ininteligível) a poligonal do empreendimento e também repetimos alguns pontos a mais para aumentar o número de amostragens da fauna. Cada grupo da etapa um e dois, cada grupo de fauna, seguindo então uma representação do que existia, da fitofisionomia, formações campestres do cerrado e savana e nós controlamos também nossa eficiência de acordo com (ininteligível) rarefação. Então foram feitas coletas na estação chuvosa e na estação seca pra pegar variação sazonal, comportamento da fauna. E aí são as coordenadas, né, a partir de onde foram feitas as principais amostragens. Também colocamos algumas amostragens aqui da fauna aquática, que é esses pontinhos aqui, que são para representar a composição da fauna ictiológica e dos invertebrados aquáticos ao longo dos cursos d'água dentro do empreendimento. Daí são as coordenadas também, também foram feitas coletas na época da seca e da chuva e nós utilizamos, né, metodologias que são consagradas pra fazer a medição da eficiência amostral, além dos cálculos de rarefação, baseado em esforço, abundância, distribuição da abundância da frequência de abundância, os índices de diversidade beta, habilidade, diversidade alfa e aplicação de escores de monitoramento de recursos aquáticos pra avaliação da qualidade de água em relação à composição de

invertebrados aquáticos. A metodologia de captura de herpetofauna envolveu a procura limitada pelo tempo, né, o esforço amostral pelo tempo amostral, além da instalação de armadilhas de queda, que são compostas por recipientes enterrados no solo, reunidos por lona, o animal bate na lona e cai no balde e é capturado com vida, medido, fotografado e solto. Isso também é muito eficiente para capturar pequenos mamíferos terrestres. Então a fauna também além da metodologia de pitfall, também utilizou redes de neblina para captura de morcegos, armadilhas fotográficas, armadilhas de captura com vida, são escadas com uma mistura de banana e creme de amendoim e além das observações diretas e indiretas e rondas noturnas e também envolveu entrevistas com moradores. Pra avefauna, além das redes de neblina também utilizaram, né, amostragens visuais diretas em pontos específicos controlados pelo esforço de tempo. A entomofauna utilizou armadilhas de captura para insetos, (ininteligível) pra borboletas, né, com frutas e coleta de invertebrados em sedimentos ao longo dos cursos d'água. A Ictiofauna utilizou basicamente dois tipos de rede, que é a rede de arrasto a rede de emalhar para mostrar a ictiofauna presente na área. Então dentro da herpetofauna, reptéis e anfíbios, foram registradas duas espécies de sapos, quatro espécies de lagartos, duas de serpentes, uma anfisbena com 20 espécies da herpetofauna, dessas 20 espécies 35 delas são endêmicas do cerrado. Principal destaque são para espécies de áreas abertas, né, e várias espécies que são indicadores de qualidade do ambiente, mostrando que ainda tem ambientes bem conservados na região e que dependem basicamente da manutenção de áreas naturais para sua conservação. E aqui a curva de rarefação indicando que nós temos uma expectativa de aumentar um pouco o número de espécies conhecidas na área com o aumento de amostras, né? Na mastofauna, um total de 223 indivíduos quantificados, foram 29 espécies, quatro estão nos anexos do CITES, que controla comércio internacional de fauna e uma é quase ameaçada no Brasil, que é o macaco prego (*sapajus libidinosus*), que foi recentemente diferenciados dos (ininteligível) macaco-prego agora no Brasil. As espécies que ocorrem lá são espécies geralmente tolerantes a mudanças ambientais de pequena escala e basicamente alguns animais, como, por exemplo, tatus não foram registrados na área, possivelmente não foram registrados na área devido ao excesso de caça. Então tem muito indício de caça tanto por pessoas quanto por cachorros que estão vagando pela área. A curva de rarefação também indica que uma ou duas espécies podem ser colocadas na lista se caso sejam feitas mais amostragens. Dentro das aves foram encontradas 143 espécies de aves, né, isso corresponde a 31% das aves do DF. Tem potencial ainda para maior riqueza de encontrar mais espécies, especialmente espécies migratórias que podem não estar presentes no momento do estudo e o que é interessante que mostra que tem um potencial muito interessante na área pra prática de bird watching, de avistamento de aves e isso pode ser muito interessante especialmente se considerar que vai ser feita uma instalação de uma reserva particular na área que pode implementar esse tipo de atividade na região. Dentro da Entomofauna, né, 107 espécies de entomofauna

e 38 famílias de invertebrados aquáticos, o que é indicado na verdade o controle ambiental de *aedes aegypti*, a manutenção de áreas naturais diminui a incidência de *aedes aegypti*, isso é um problema, *aedes aegypti* é muito grave quando você tem um adensamento urbano muito grande, não é o caso do empreendimento, nem uma espécie de invertebrado foi ameaçada. Existem borboletas na área, que são indicadores de qualidade ambiental, porque as lagartas se alimentam de espécies de plantas que são raras e que essas plantas só crescem em matas de galeria em bom estado de conservação. Já a composição de invertebrados aquáticos sugere que a água dos riachos ela tem uma qualidade ruim/intermediária. Então grande parte dos invertebrados aquáticos que estavam lá eram bichos adaptados à água que já tem um pouco de contaminação.

P/Voz não identificada– Não era classe dois a água?

P/Reuber – É, são índices diferentes. Os invertebrados mostraram isso.

P/Voz não identificada– Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

P/Reuber –Depende (ininteligível) você usa. Então da Ictiofauna, dos invertebrados, dos peixes aquáticos, dos peixes, né, localizados, foram quantificados 729 peixes de três ordens e seis espécies. Isso é um resultado semelhante ao que é encontrado em rios de topo de cabeceira do Alto Paraná, que são os rios que formam o Rio Paraná, e dependem fortemente dessa diversidade de peixes, da conservação da água na região. Como sempre foi colocado, sete das nascentes presentes na área serão protegidas pela RPPN. Um grande problema a ser considerado para manejo da fauna na região é a existência, a conectividade através das APPS e existências de remanescentes da vegetação nativa. Então o projeto viário ele prevê passagem de fauna associados também a pontes para poder facilitar a movimentação da fauna. Esses são exemplos de passagens de fauna, né, tem várias e várias soluções de engenharia para isso. E o que é interessante é: esse projeto ele tem uma característica que é muito importante pra conservação de DF, que é a implementação de uma unidade de conservação voltada pra... apesar de ser sustentável, a RPPN, ela tem um padrão de manejo que se assemelha a uma unidade de conservação de produção integral como o Parque Nacional. Isso significa que a necessidade de ter ações de manejo, conservação e de equipe e campo para trabalhar com RPPN. Isso aumenta a quantidade de unidades de conservação dentro do Distrito Federal e pressupõe estratégias de manejo da biodiversidade que a gente não vê em outros empreendimentos. Muito obrigado. (Respondendo a alguém) Não. As pessoas podem ter em casa, mas não dentro das áreas naturais. Dentro das áreas de reserva não. Tem que ter controle pra não ter invasão de (ininteligível) invasores. É. Aí tem que ver qual que é a melhor estratégia, né? Então está aqui o desenho do que vai ser a RPPN e que vai ter ações de manejo específicas para isso. Então vou passar aqui para o Eric.

P/Erick– Bom, como eu falei lá no início, o estudo é dividido em diagnóstico e prognóstico, né? Então aqui a gente já falou do diagnóstico ambiental, que é o retrato que eu havia falado da área. E trabalhando ciências, esses parâmetros diagnósticos juntamente com a infraestrutura que vai ser implantada, a gente levanta eventuais impactos que podem vir a ocorrer quanto a implementação e operação do empreendimento. Isso é um prognóstico ambiental, certo? Então foram identificados 24 impactos adversos e 10 impactos positivos que podem vir a ocorrer. Isso é trabalhado numa matriz de impactos, uma matriz matemática que pondera cada impacto em diversos aspectos, eu vou trazer daqui a pouco. Então aqui está meio ruim de ver realmente, mas está disponível no EIA RIMA isso para todo mundo, está, no site do IBRAM. Então a gente tem alguns impactos no meio físico e cada impacto tem o seu programa específico. Então aqui é a lista de impactos, as ponderações e os programas específicos. A mesma coisa para o meio biótico e para o meio socioeconômico. Eu vou falar rapidamente como que é feito, dar um exemplo de como que é feita essa ponderação dos impactos ambientais dessa matriz matemática, está? Eu peguei um exemplo de impacto adverso que é a perda de solo por retirada para o empréstimo. Então, isso é, esse impacto como o exemplo, está, dos demais, ele é avaliado pela etapa, implantação, a fórmula, natureza, negativa abrangência, temporalidade, a importância do impacto, a magnitude desse impacto, a duração do impacto, a probabilidade e a reversibilidade. Isso tudo dentro de uma matriz matemática dá um impacto ambiental, o nível do impacto previsto, né, avaliação para esse impacto aqui. Para cada...

P/Voz não identificada– Essa tabela tem impacto oito, você está falando que está quatro, quer dizer, metade do que tem impacto maior.

P/Voz não identificada– Vamos... Anota as perguntas que a gente... então, bom, pra cada impacto a gente tem alguns programas, por exemplo...

P/Voz não identificada– Não fala o que impacta mais.

P/Erick– ... aqui programas de recuperação de áreas degradadas, monitoramento de processos erosivos, monitoramento de águas superficiais subterrâneas, tudo para apenas esse, que é um dos impactos, estou colocando como exemplo, certo? Um exemplo do impacto positivo então é a criação de unidade de conservação e também é ponderado com as mesmas características em níveis de ponderação aonde a gente chega numa variação desse impacto positivo e aí a gente tem uma ação para potencializar esse impacto, que é o programa de criação de RPPNs, que incluem planos de manejo etc. Aqui gente, a gente termina aqui o que a gente trouxe para apresentar para vocês a respeito do estudo de impacto ambiental, certo?

P/Voz não identificada– Quais são os impactos, a gente não sabe quais são os impactos.

P/Erick– Eu não posso trazer para vocês todos esses impactos, são muitos impactos, a gente não vai terminar.

P/Voz não identificada– (ininteligível).

P/Rafael– Isso está no EIA RIMA, tá? Bom, aqui, após o protocolo da primeira versão do estudo de impacto, nós fizemos um estudo de prospecção de cavidades naturais na região, foi uma solicitação do próprio IBRAM, então nós fizemos um estudo de prospecção das cavidades naturais subterrâneas, tá? Fizemos então uma prospecção espeleológica com metodologia consagrada baseada em documentos da Sociedade Brasileira de Espeleologia, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

P/Voz não identificada– (ininteligível) de metodologia a gente não quer ouvir. A gente quer ouvir o que quê é o impacto.

P/Rafael– Tá, então vamos pro resultado. Bom, fizemos esse encaminhamento exaustivo na área pra saber se havia ocorrência de alguma cavidade natural subterrânea, tá? Visitamos e caracterizamos 99, tá?

P/Voz não identificada– Quantos?

P/Rafael– 99 pontos que nós caracterizamos em busca de eventuais cavidades naturais subterrâneas. Então fizemos aqui esse encaminhamento exaustivo na área, tudo isso aqui foi encaminhado e prospectado por um profissional especialista em cavernas.

P/Voz não identificada– Quantas vocês encontraram?

P/Rafael– Encontramos uma caverna que já havia sido identificada, já estava no EIA RIMA, que é a Toca da Mata da Anta. Essa caverna está dentro da RPPN, protegida pela RPPN, assim como preconizado nas diretrizes da APA do São Bartolomeu, tá? No zoneamento da APA e mais outras duas cavernas fora da área do empreendimento. Essa é uma caverna muito pequeno, essa aqui é um pouco maior, elas estão no estudo de acordo com o (ininteligível) do Ministério do Meio Ambiente que fala das cavernas e zoneamento da APA. Essas duas cavernas estão fora da área do empreendimento. Essa aqui está dentro da área, no entanto, dentro da RPPN vai estar preservada, certo?

P/Voz não identificada– Essas três então vão ficar (ininteligível)?

P/Rafael– Só essas três cavernas. Essa aqui dentro da RPPN, Toca da Mata da Anta, essa aqui Abrigo do Sossego e essa aqui caverna do sossego. Sempre muito próximos a outros parcelamentos, mas fora da nossa área de estudo e de intervenção. Aqui mais a poligonal da RPPN, para vocês verem que a caverna que está dentro do nosso empreendimento está

totalmente preservada e não vai haver nenhuma intervenção nessa caverna. Então aqui a gente termina a apresentação do EIA RIMA e dessa questão das cavernas e eu vou abrir agora para perguntas, para que vocês possam colocar as suas opiniões e sugestões. Muito obrigado.

P/Voz não identificada– E o impacto do trânsito que ficou de ser falado alguma coisa?

P/Voz não identificada– Disse que ia ter maior explicação sobre o impacto (ininteligível).

P/Barreto– Vamos entrar no espaço das perguntas. Recebi aqui antecipadamente a contribuição do senhor Romualdo Santoro...

P/Voz não identificada– Como é que vai ser o esclarecimento? Vai ser seguida a numeração?

P/Barreto– Vai ser seguida a numeração.

P/Barreto– Então o senhor pode anunciar, por favor, pergunta um, pergunta dois... certo. Eu estou anunciando primeiramente a contribuição de um participante, que deixou o escrito.

P/Voz não identificada– Mas qual é o número?

P/ Barreto – Essa contribuição por escrito vai ficar anexa a ata da audiência pública. Temos aqui a contribuição por escrito, a número um por escrito, do senhor Mariano Santos Júnior, de Instância Quinta da Alvorada. "A via de acesso que passa pela estrada do sol ela inicia e finaliza onde? E suas vias paralelas deságuam de que forma e em que altura na DF 001?" Passar aqui para... quem da equipe aí?

[Interlocutores discutindo ao fundo]

P/ Barreto – Eu já fiz essa primeira pergunta para o profissional responder. Quem é que está na oral um? Oh, um... é o senhor aqui.

P/Voz não identificada– Não, mas eu não fiz essa pergunta.

P/ Barreto – Essa daqui foi a escrita um.

P/Voz não identificada– As orais primeiro, foi assim que foi combinado.

P/Voz não identificada– Você vai fazer a pergunta oral?

P/ Barreto – Você vai passar para o segundo? Ele vai... ele vai responder essa primeira pergunta que eu fiz e é sobre "A via de acesso que passa pela estrada do sol ela inicia e finaliza onde? E suas vias paralelas deságuam de que forma e em que altura na DF 001?".

Se tiver alguém com alguma pergunta parecida aí já...

P/Voz não identificada– Só pegar o laser point aqui pra poder sinalizar ali.

P/Voz não identificada– O senhor pode mostrar aqueles mapas de tráfego que tinham sido (ininteligível) no começo?

P/Jandson– Só um segundinho, por favor, que por educação acho que vale a pena pra todos ouvirem. A gente tem a DF 001 aqui em cima. A partir da DF 001, então a terceira ponte ela chega mais ou menos nessa imediação aqui.

[Interlocutores falando ao fundo]

P/Voz não identificada– Então voltemos no mapa de trás então, espera aí.

P/Voz não identificada– Coloca os mapas corretos, queremos ver.

P/Jandson– Que ficaria mais fácil eu explicar aqui para depois a gente ir para lá, tá certo? Eu acho que algumas pessoas estão balançando a cabeça que sim, então poderia ser educadamente seguido para todos. Eu volto lá, calma. Esse daqui é aquele mapa feito pelo GDF, está certo? Então a gente seguiu esse mapa, ok? Esse daqui é oficial. Então essas das diretrizes urbanísticas, aqui está a ponta do lago, aqui a gente vê... ficou um pouquinho claro, mas aqui está a terceira ponte, aqui a subida para terceira ponte, aqui a subida da Esaf, ok? O que quê o GDF prevê? Lembra que é GDF. Eles estavam prevendo uma comunicação aqui logo na saída da terceira ponte, está certo? Fazendo esse acesso aqui para dentro, passando ali por trás do (ininteligível) de Brasília. Tem um outro acesso no meio, essa setinha acabou cobrindo, que fica entre os dois condomínios que estão aqui e tem um outro na subida da Esaf, que também faz essa sequência, está certo? As três se juntam, as três se juntam e a partir desse trecho a CGET ela previa um pouco mais para o norte essa ligação, fazendo aqui até a junção naquela curva do Quintas do Sol que está colocado aqui, certo? Só que em função dessas declividades que estão aqui, nas conversas nossas com a CGET há uma melhor possibilidade em função das declividades dessa via fazer essa curva e se conectar aqui e depois daqui vir até o trequinho da estrada do sol, ok?

P/Voz não identificada– Isso passa pelo terreno do Piquet ali, onde o Piquet tem arrendamento?

P/Jandson– Já existe um projeto de regularização que está fora da nosso poligonal. Nesse projeto de regularização a via já foi projetada lá. Isso é fora da nossa poligonal, ok?

P/Voz não identificada– Tá, mas eu estou perguntando se isso aí é no Aeroporto do Piquet.

P/Jandson– É a via que passa no Aeroporto do Piquet. Isso é parte do projeto de regularização daquele primeiro condomínio, que é o Solar de Brasília, que está lá feito, aprovado pela Segeth e esse projeto foi repassado da Segeth pra gente, pra que a gente fizesse a sequência da via dentro da nossa poligonal, conforme o projeto de regularização, que já foi aprovado pela Segeth.

P/Voz não identificada– (ininteligível).

P/Jandson– Aí eu não sei se o pessoal da sequência das perguntas ou se eu repondo oralmente.

P/Barreto– A pergunta número um do rapaz aqui que passou para o dois. Quem está com o número dois? A dois, por favor. Três? Pergunta três... o senhor se identifique.

P/Eduardo Felizola – Eu gostaria de um microfone.

P/Voz não identificada– É isso mesmo. Ele está levando aí para poder gravar. Dá o nome.

P/Eduardo Felizola – Boa noite a todos. Meu nome é Eduardo Felizola, sou engenheiro florestal, formado aqui na Universidade de Brasília. Faço parte de um grupo de trabalho que foi formado por moradores do bairro Jardim Botânico no intuito de avaliar a proposta desse empreendimento, então tivemos um gasto de tempo bastante grande pra poder fazer a avaliação desse empreendimento e hoje a gente está podendo se colocar aqui nessa audiência pública que realmente é uma audiência pública, que essa audiência pública conta com a presença da comunidade, mesmo que parte dela, porque o que aconteceu anteriormente não foi uma audiência pública. A primeira parte, que não é uma pergunta, é direcionada ao órgão ambiental que retrata exatamente o processo de audiência pública, vim aqui fazer um reput da forma como isso foi encaminhado, uma audiência pública feita numa segunda-feira à tarde com divulgação em Jornal de Brasília e Diário Oficial, ou seja, ninguém teve acesso a essa informação. Entrada de uma abaixo-assinado junto ao IBRAM solicitando uma nova audiência pública e esse abaixo-assinado com mais de 200 pessoas foi desconsiderado, tivemos que ir ao Ministério Público solicitar a realização de uma nova audiência pública, essa audiência pública só aconteceu porque fomos ao Ministério Público, porque senão não teria acontecido, certo? Marcada uma audiência pública às vésperas de um feriado, marcada uma audiência pública na sede do IBRAM que não tem nem auditório pra receber a gente, foi marcada uma audiência pública lá, ou seja, é totalmente tenerável esse aspecto.

P/ Barreto – Vamos à pergunta? Você tem um minuto ainda.

P/Eduardo Felizola – (ininteligível) eu vou falar. Eu vou gastar o tempo que eu tiver para falar. Aqui, o que eles deveriam ter falado com relação a caracterização da área, que seria

retratar a alta sensibilidade da área por meio do diagnóstico ambiental, inserido em área de proteção ambiental, inserido em área de proteção ambiental da Bacia do São Bartolomeu, presença dos ribeirões Taboca e (ininteligível) de Taboca com APP, existência de remanescentes de vegetação de cerrado, existência de nascentes, importante corredor ecológico, área considerada com elevado risco a perda de solo de médio a muito alto, área de recarga de aquífero já comprometida, porque os condomínios já estão ocupando as áreas de recarga nas chapadas. Essa área de vale não acontece recarga de aquífero em área de secada com cambissolo, com solo raso. Área de contaminação com alto risco de contaminação de recursos hídricos.

P/ Barreto – Por favor, qual é a pergunta?

P/Eduardo Felizola – Avaliação e incompatibilidade. A pergunta aqui: a área está localizada dentro de uma zona de ocupação especial de interesse ambiental da APA. Interesse ambiental. O conceito de interesse ambiental dessa zona é o seguinte: tem o objetivo de disciplinar a ocupação de áreas (ininteligível), zona de preservação e conservação da APA a fim de evitar as atividades que ameacem ou comprometam efetiva ou potencialmente a preservação dos ecossistemas. Se esse empreendimento não ameaçar os ecossistemas nada mais ameaça os ecossistemas, entendeu?

P/ Barreto – Por favor, a sua manifestação já está registrada. O seu tempo esgotado (ininteligível).

P/Eduardo Felizola – Não. O EIA RIMA...

P/ Barreto – Por favor, o número quatro.... Meu amigo, por favor... por favor...

P/Eduardo Felizola – A gente teve paciência para escutar durante duas horas, a gente quer falar.

[Interlocutores falando ao fundo]

P/ Barreto –Não, pode falar no microfone que fica gravado, vai ser degravado. Tem que falar no microfone.

P/Eduardo Felizola – Alô. Da avaliação feita pelo grupo de trabalho, a proposta urbanística do empreendimento não possui compatibilização, não possibilita compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, contrariando a premissa da zona urbana de uso controlado. A proposta urbana do empreendimento ameaça e compromete potencialmente a preservação do ecossistema e dos demais recursos naturais existentes,

contrariando as premissas da zona especial de interesse ambiental. A zona é de interesse ambiental, ela não é de interesse imobiliário. A zona é de interesse ambiental, não é zona de interesse imobiliário. A proposta urbanista não segue os princípios da (ininteligível) principalmente no que diz respeito às características urbanas e morfológicas que conferem identidade ao setor habitacional do Jardim Botânico. Querem botar prédio de apartamento morro abaixo, o paradigma de ocupação é ocupar a área de secada de vales, coisa que não existe no Distrito Federal inteiro. Quem me dizer aqui que não existe prédio de apartamento em zona de secada de vale, com presença de nascente, de curso d'água, pode falar, a quebra de paradigma deles é essa: é ocupar áreas sensíveis, áreas que são feitas para conservação ambiental. O mapa de espaços verdes da DIU não foi avaliado dentro do processo. O tipo de unidades habitacionais previsto pelo empreendimento não é compatível com o perfil predominante do bairro. Por fim, a densidade populacional prevista pelo empreendimento determinará o enorme aumento no volume de trânsito, situação que não foi esclarecida. Ah, foi feito isso, feito a medida, mas e aí? A gente já tem estudos de trânsito que mostram que a ponte já está no limite, ninguém fala nada. Chegamos aqui para avaliar o estudo de impacto e não falam dos impactos, eu nunca vi isso na minha vida. A implantação do empreendimento irá ocasionar impactos ambientais irreversíveis e de grande magnitude capazes de afetar significativamente o funcionamento dos ecossistemas presentes, a intensidade de ocupação urbana prevista pelo empreendimento não é compatível com a alta sensibilidade ambiental da área. Fragilidade do EIA/RIMA, carência de informações precisas sobre a proposta urbanística do empreendimento, número de edificações por tipo de uso, número de unidades habitacionais e a gente não encontra isso no estudo. Falta de aprofundamento na avaliação dos principais impactos socioeconômicos decorrentes da implantação do empreendimento, em especial os relacionados a intensificação do tráfego, os problemas de questão de mobilidade urbana e os repartimentos da qualidade de vida da população e ninguém fala da qualidade de vida, quem mora no Jardim Botânico tá indo pra lá procurar qualidade de vida, não é prédio de apartamento de (ininteligível) não, esse processo de ocupação a gente já está careca de saber aqui no Distrito Federal, o setor Noroeste está aí, o Barro Verde está aterrando toda a

nascente do (ininteligível) e por aí vai. É só isso, muito obrigado.

P/ Barreto – O número quatro por favor.

P/Não Identificado – Ninguém vai responder?

P/ Barreto – Ele fez a manifestação dele. Pode falar. Por favor, a colega aqui vai falar.

P/Silmara – Vocês vão responder a cada pergunta ou não? Porque se for responder eu acho que tem que abrir e já responder os pontos levantados pelo colega aqui anteriormente, eu imagino que o tempo que nós temos aí de 48 minutos pra todas as falas não terá resposta se a gente só ficar falando as nossas manifestações, então é importante que o grupo responda as questões levantadas.

P/ Barreto – Ele fez uma manifestação, aí tem a sua pergunta, tem alguma coisa a esclarecer na pergunta dele pra..

P/Silmara – Eu vou fazer as minhas perguntas em parte, elas se aliam com as perguntas do Eduardo, agora, pera aí, eu acho que se é uma audiência e for levantado uma questão é preciso responder, se não vamos sair daqui a 1 hora com todas as perguntas feitas e nenhuma resposta dada. É só uma questão de esclarecimento sobre como é que a gente vai caminhar.

P/ Barreto – Você faz a sua pergunta e eu já passo aqui pro pessoal pra esclarecer o que já foi colocado então.

P/Silmara – Bom, meu nome é Silmara, eu sou arquiteta e urbanista e eu estou aqui representando alguns condomínios da associação de moradores do São Bartolomeu que envolve o condomínio Quintas da Alvorada e (ininteligível). Queria pontuar primeiro que uma das nossas graves preocupações é em relação a trânsito e mobilidade e as perdas dos dados pelo Rômulo que é um profissional que tem bastante experiência nessa área, não houve esclarecimento a todos nós de qual impacto verdadeiros sobre o trânsito e o transporte com a implantação desse empreendimento. Levando em consideração que é uma região que está passando por um processo de regularização fundiária de vários

condomínios, o atingimento e a regularização já vai aumentar a densidade, vai mudar aquela curva que vocês apresentaram no cenário natural e a gente sabe que tem alterações pela frente pra ter um agravamento quanto empreendimento. É algo que tecnicamente pode ter solução? Pode, construção de outra ponte, alargamento de vias, mas isso tem que ser demonstrado e estar associado ao cronograma de empreendimento de execução e de implantação do empreendimento. Outra questão importante para nós, para além da questão do transporte que não foi esclarecida, no mínimo teremos que ter uma audiência que trate disso porque é um ponto bastante agudo pra toda região que é a questão do abastecimento de água, foram demonstradas quatro alternativas, nos colocou aqui que a alternativa mais viável é aquela onde se faz o sistema misto, entre a perfuração de poços com abastecimento subterrâneo e a parte para atendimento, sobre além disso é com o sistema Paranoá. A gente ouviu da empresa e da companhia de abastecimento de água a previsão de chegada na região a mais de 10 anos, ainda que seja do Estado a obra nós queríamos que, para além de comprovar que a região tem capacidade de abastecimento subterrâneo, na primeira fase com os 6 poços que foram outorgados, um dos condomínios que eu represento tem 6 poços e eles não atendem à demanda local, aliás, eles nem estavam mapeados ali nos poços que vocês identificaram. Então não vai atender, é possível que não atenda gente e a gente entende que para além de uma estimativa e da outorga é importante anexar um estudo hidrogeológico que mostre a capacidade da região, não adianta ter o poço que fura para o empreendimento se ele vai abaixar o lençol freático do Quintas que está do lado e que precisa de mais poços para poder abastecer a população, então é possível que haja capacidade de abastecimento? É possível, mas ela não foi comprovada para nós, nós precisamos de estudo hidrogeológico que nos comprove que a capacidade hídrica subterrânea, ela é suficiente não só para o empreendimento mas pros outros que já estão instalados e que também estão buscando a sua outorga para o abastecimento das pessoas que já moram lá. A outra questão ainda sobre o abastecimento de água uma vez que ele prevê um sistema misto é condicionar, ok, a outra parte vai ser abastecida com o sistema Paranoá, então fica condicionado que só quando o sistema Paranoá tiver instalado e em funcionamento, em capacidade de abastecimento de água e aí

executa o que vai ser a demanda para essa água de todo sistema. Em relação a qualidade de água, teve 3 informações se não contraditórias, elas não foram convergentes. O Lúcio quando falou da drenagem, do lançamento da água de esgotamento sanitário nos poços hídricos falou que ela vai com qualidade melhor do que as dos corpos hídricos existentes hoje lá e que a água era ruim, depois a gente teve uma informação que a água era do corpo hídrico um e dois de boa qualidade, depois uma informação que os invertebrados na água demonstrava que a água, a ausência de determinadas espécies mostrava que era uma água de baixa qualidade e depois que os vertebrados na água demonstravam uma água de qualidade da nascente do Paraná, então esclarecer essas divergências de informação que levam a gente que está ali a trabalho ficar inseguros quanto a consistência do estudo. Por último, em relação aos impactos, essa audiência eu acho que de fato é uma audiência porque tem participação da sociedade, mas não é uma audiência que nos permite fazer contestação dos impactos, nada de impacto foi realmente apresentado num nível que a gente pudesse debater que nível de solução está sendo apresentada para aquele impacto e como que isso vai transbordar pra vida das pessoas que já estão lá, como por exemplo, a questão de trânsito quando fala que 80% das viagens para motivo de trabalho fora do Jardim Botânico isso vai aumentar, ainda que tenha um hospital, ainda que tenha uma escola, ainda que tenha alguma outra atividade comercial, vai aumentar. Como é que isso vai ser solucionado? Quando mostra o diagnóstico que está muito bem feito realmente da parte biótica, a quantidade de espécies que é muita e é muito bacana, o diagnóstico da fauna e da flora. A gente tem ali uma riqueza ambiental fantástica, mas aí na hora que a gente vai ouvir qual é a solução para além da criação da RPPN, o que mais, como e como é que a gente vai ampliar isso para a região, como o colega que antecedeu aqui falou, as pessoas vão morar hoje na região porque querem qualidade de vida e que tanto que essa qualidade está sendo ameaçada com os impactos que nós não sabemos qual são. Então a proposta é que ainda se avance em outras audiências públicas antes do parecer do IBRAM deixando disponível para todos nós o estudo de impacto de trânsito e todos os detalhamentos dos impactos causados no meio biótico, no meio físico e no meio econômico.

P/ Barreto – Passando para o Professor Lúcio, então temos aqui um foco aqui em 3 ou 4 eixos. Um foi o impacto do trânsito, o outro foi sobre a quantidade e qualidade de água e sobre o aspecto geral dos impactos realmente causados pelo empreendimento.

P/Professor Lúcio – Vamos começar falando da quantidade e qualidade de água. Foi feito estudo hidrogeológico sim, está lá nos estudos e quem fez foi o Marcelo Pineli junto com o Professor Paulo Carneiro, quando a gente falou daquele volume de disponibilidade hídrica, aquele volume dentro da poligonal do empreendimento, então aquele volume foi calculado especificamente para o empreendimento, ele não impacta o volume que poderia ser disponibilizado para os demais empreendimentos instalados na região porque o cabo foi feito para cada uma das poligonais. Só um minutinho, deixa eu terminar o esclarecimento, deixa eu terminar e se não ficar suficiente a gente complementa no que for necessário. Esse estudo indicou uma disponibilidade hídrica de volumes potável e com base nesse estudo a DAZA avaliou e ortogou os postos, então foi um estudo que foi entregue pra DAZA que foi avaliado pelos técnicos da DAZA e dentro da avaliação deles, com o critério deles eles disponibilizaram parte desse volume potável disponível que foi aquilo que eu falei de 58% desse volume. Esse volume atende de 5 a 6 fases de 10 a 12 anos do empreendimento, depois disso, tem duas alternativas, a primeira alternativa seria que eu não falei, porque a gente não tá usando esse (ininteligível) porque achamos que não precisa, mas uma delas seria pedir um volume adicional de 42% que não foi outorgado mas nós temos convicção que não vai ser necessário porque até lá a CAESB vai disponibilizar o novo sistema, foi o que nos foi dito e está escrito e que está em fase de contratação e agora em conversas recentes na CAESB eles nos relataram que já foi licitado que foram 5 lotes licitados, tem 3 contratos assinados e eles estão em fase de negociação com a Caixa Econômica pra liberação dos recursos para construção do sistema Paranoá, esse sistema Paranoá é um grande sistema, são mais de 400 milhões de investimento e que vai beneficiar toda a região e inclusive, com a instalação desse sistema vários dos postos que hoje operam na região vão ser lacrados porque a CAESB vai disponibilizar, então é uma questão de disponibilidade hídrica que é uma questão governamental, claro que nós estamos falando de um horizonte de 10, 12 anos, então ninguém aqui é capaz de prever o

futuro. O empreendimento fez essa projeção e se aqui 10 anos isso não acontecer, nós vamos ter que tomar outra decisão no empreendimento, é por esse mesmo motivo que a LI tem um prazo de validade, a LI é renovada a cada tantos anos, se não acontecer a LI não é renovada e se ela não é renovada o empreendimento não continua, é assim que funciona. Com relação a questão qualidade da água, o efluente tratado vai ter classe 1, isso pela classificação da CONAMA, os recursos hídricos, o córrego (ininteligível) e os demais córregos da região, pelas análises que foram feitas e pela classificação eles tem classe 2, isso é o que o estudo apontou. São vários parâmetros pra poder fazer essa classificação, a estação de tratamento de esgoto vai ser instalada pra poder disponibilizar e poder tratar o efluente e chegar nessa classe 1, esse é o parâmetro que está sendo utilizado, isso foi fornecido por uma empresa que fez todos os laudos que tem a licitação de sistema e tratamento operando em vários locais e é isso que está escrito nos estudos que vai ser comprometido pra ser feito, isso a gente entende que não vai afetar na qualidade do recurso hídrico existente na região. Sobre a questão dos indicadores de qualidade o que foi dito aqui foi o seguinte, foi feito as amostras das águas no período seco e chuvoso, foi feito a classificação segundo a classificação do CONAMA e chegou-se na classe 2, o que o nosso colega falou aqui do meio biótico é que existe outros indicadores e que no caso ele usou um indicador indireto que é a presença, aí ele pode explicar melhor, que a presença de um invertebrado que pela presença dele ele dá um indicador de que aquela água não tem uma classe ótima, são dois parâmetros diferentes, foi isso que foi dito. Veja bem, nós não somos os culpados pelo crescimento desordenado, o que nós estamos querendo, o que tá sendo proposto é desenvolver uma área e que essa área seja integrada com toda região de tal forma que ela traga desenvolvimento sustentável, traga conexões do sistema viário e aí eu vou entrar na questão do rio que o Rômulo pode colocar os slides dele ali e apresentar melhor pra vocês, mas foi feito um amplo estudo de impacto de trânsito e antes desse estudo foram propostos uma série de conexões viárias que veio das diretrizes urbanistas (ininteligível) com o governo para que essas conexões pudessem dar maior opção de tráfego, maior capilaridade no tráfego existentes. O que acontece hoje no Jardim Botânico é que existe um grande (ininteligível) que é a Estrada do Sol porque ela não tem

alternativas de outras rotas, então o objetivo foi capilarizar o sistema viário por meio de mais conexões e com isso possibilitar mais rotas alternativas de tráfego. O acréscimo de tráfego o Rômulo pode explicar na apresentação dele, o que ele colocou e o que ele tentou colocar no final é que existe um acréscimo natural no sistema de tráfego que foi projetado em torno de 3%, esse empreendimento vai contribuir com uma parcela desse crescimento que já está previsto e que vai acontecer naturalmente. A questão da ponte JK o empreendimento não se propõe a resolver o problema da ponte JK, mas isso não se propõe. A questão da ponte Jk, ela já opera hoje acima da capacidade dela de 100% da capacidade e a ponte JK, a solução da ponte JK vai ser trabalhar com o crescimento ordenado, é essa que é a ideia, então é por isso que o empreendimento está trazendo outros usos diferenciados para que ele possa também atrair tráfego e que as pessoas tenham opção de realizar as suas atividades com menos dependência do plano piloto. Foi mostrado que a área toda, incluindo a DF-150, a Região do Jardim Botânico, etc, está previsto, isso é um documento oficial escrito pela Segeth, está previsto uma população em torno de 1 milhão e 400 mil habitantes pra toda essa região nos próximos 50 anos, então o que estamos trabalhando são com dados oficiais.

P/Não Identificado – O professor Rômulo ali vai explicar..

P/Rômulo – Bom, o sistema viário no local ele encontra-se insaturado, hoje a gente não tem condição de fluxo satisfatório em todos os trechos que nós temos lá no sistema viário. Vocês que são usuários sabem a dificuldade que são enfrentadas lá de atrasos e por aí vai. Bom, as rotas que estão perguntando, elas estão demonstradas nessas espessuras, esses trechos demonstram a busca pelo fluxo gerado exclusivamente pelo empreendimento, nesses pontos que a gente tem e nesses volumes apresentados o trabalho consiste em a gente ter uma interlocução com a DER ao longo da apresentação do relatório do impacto de trânsito, onde a gente discute especificamente quais são as alterações e mitigações necessárias para o sistema viário. As mitigações são todas financiadas obrigatoriamente pelo empreendedor, o estudo foi protocolado recentemente deve ter mais ou menos 4 meses, ele está em análise e a gente tem uma série de sugestões que são apontadas

desde alargamento de faixa, diminuição das impedâncias, inserção de semáforos, trincheiras, soluções em dois níveis, tem uma série de medidas que são propostas onde a gente usa os simuladores, projetos geométricos e faz a interlocução com o DR com todos os pontos que apresentam níveis de manutenção insatisfatório. Se a gente ver nesse mapa aqui. Não entendi a pergunta.

P/Não Identificado – Vai gastar duas horas com tanto semáforo..

P/Rômulo – Olha, essas cores representam os níveis de serviço que a gente encontra em cada trecho, abaixo do azul eles são níveis insatisfatórios e isso aqui é a situação atual.

P/Não Identificado – Em que lugar?

P/Rômulo – Esse aqui é no Balão da Esaf, por exemplo. A rede é extensa, para cada ponto desse o estudo detalha uma série de medidas mitigadoras, desde fechamento de retorno, trincheira, soluções em dois níveis, eliminação de movimentos que são possíveis, determinação de novos movimentos que são detalhados no estudo. Agora isso vem formalizado ao término do trabalho junto com o DER, então a gente passa uma primeira fase que é esse momento que a gente tá, esse estudo ele não corre junto com o EIA/RIMA, ele não faz parte do EIA/RIMA, a solução apresentada uma vez que o DER se manifesta incorporada ao EIA/RIMA e submetida ao IBRAM aonde a gente representa para cada ponto onde a gente tem situações de atrasos ou densidade superior aos níveis de saturação aceitáveis, soluções a serem apresentadas. Então por exemplo, a gente tem retenções que são resolvidas com alargamentos, aumento de faixa, então para cada ponto existe uma condição diferente de solução que é apresentado. Eu vou dar um exemplo pra vocês, a ponte, por mais que ela tenha uma situação de retenção, a retenção acontece fora dela que tem um nível de atraso suficiente que chega até a ponte, por exemplo, o Eixão, o Eixão tem 3 faixas, tem uma ordem de grandeza de mais de 10 mil veículos por hora no Eixão e o que faz com que o Eixão tenha determinadas retenções e engarrafamentos são as saídas localizadas ou próximo a rodoviária ou próximo ao final do Eixão, tanto numa asa quanto na outra, então, a ponte em si ela não é um problema, o problema são as

interseções localizadas posteriormente ou anteriormente a ponte. Todas as aproximações que interferem na via geram retenção na via, a ponte você não tem aproximação em cima da ponte, o Eixão tem ao longo do eixão, as tesourinhas e os acessos e por aí vai. Teve uma outra pergunta que eu não entendi quem fez. A Avenida do Sol não é tratada no universo do DER, ela é tratada pelo DETRAN, um outro órgão de licenciamento, ou seja, a gente apresenta os impactos e submete os estudos aos dois órgãos independentes entre si que fazem suas análises respectivas. Para cada item nós temos uma série de medidas propostas, na Avenida do Sol a gente fez a conexão direta com ela, nós estamos tratando agora das interseções com o DR, nós estamos no início do estudo diferente do EIA/RIMA que está apresentando as soluções finais e que já terminou o estudo praticamente na sua totalidade. Isso de tráfego nós estamos iniciando, estamos começando a demonstrar os níveis que a gente tem satisfatórios para poder chegar nas medidas que são as necessárias para mitigação. Por exemplo, na questão da saída da JK é previsto, o DR não tem hoje uma..

P/Não Identificado – O Gargalo e a Avenida do Sol senhor, fale da Avenida do Sol.

P/Rômulo – A Avenida do Sol não está na instância de licenciamento no momento, ela não é o momento do licenciamento da Avenida do Sol porque a gente está iniciando pelas rodovias, nós estamos no DR.

P/Não Identificado – Quando que vai ser então?

P/Rômulo – Eu não sei quando que vai ser. Eu não saberia te precisar o tempo de análise do órgão, eu não isso, eu posso te dizer tecnicamente quais seriam os passos que a gente tem que cumprir, mas o prazo eu não sei.

P/Não Identificado – Se você não sabe alguém tem que saber.

P/Rômulo – Acho que tem que se dirigir ao próprio órgão.

P/Não Identificado – Foi bastante citado aqui e eu peço que você progrida um pouco ali quando você mostrou ali no tráfego, eu acho que o pessoal quer que você destrinche de

uma forma um pouco mais objetiva os impactos na parte das estradas que é o que está sendo e foi protocolado no DR.

P/ Rômulo – Estes trechos que estão em preto eles representam as maiores densidades que temos no sistema viário, isso é no período da manhã e no período da tarde.

P/Não Identificado – Pessoal, vamos ter um pouco de calma pro profissional passar as informações.

P/Não Identificado – O senhor é representante do IBRAM, se ele diz, ele já declarou que não tem as informações (ininteligível) e não sabe quando vai ter esse estudo.

P/Rômulo – Não, não, eu não falei isso. Eu não falei isso, não falei, absolutamente eu não falei isso.

P/Não Identificado – E também do órgão ambiental.. Como órgão ambiental tá se posicionando em relação a essa questão..

P/Não Identificado – O posicionamento sobre o EIA RIMA é a nível de licença de instalação, nesse, é outra etapa. Nós estamos em uma etapa chamado licença prévia, na licença prévia tem uma das fases que é a audiência pública, o resultado dessa audiência e as questões que estão em minha mão, as questões que estão sendo registradas aqui ao vivo irão para, através de uma ata ser encaminhados a equipe técnica que está presente, o nosso coordenador é o Ciro que está aqui presente, ele vai receber isso, vai incorporar ao parecer dele, que ainda antes de virar uma licença prévia, vai ser apreciado pelo conselho de meio ambiente. O conselho de meio ambiente também é outra instância que eu digo assim, é uma instância colegiada de forma também da participação da comunidade, através de seus representantes lá dentro para incorporar as situações que ora também estão sendo relatadas. Passo aqui a situação de que a quantidade de água é a primeira condicionante e já está registrada no parecer da nossa equipe técnica. A L.I. só vai sair lá na frente se tiver em cima da quantidade de água atual, atualmente é pra “X” então o projeto vai estar limitado a quantidade de água.

P/Não Identificado – Esse empreendimento não pode ter licença de instalação não, isso tem que parar agora, não é licença prévia.

P/ Barreto – Então eu retorno a palavra para o colega aqui que eu tô notando que um dos principais pontos pelo menos, os que foram levantados aqui, é o impacto do trânsito e da mobilidade que ele até o momento está tentando transferir essa informação pra vocês.

P/Rômulo – Olha só, esse estudo não está no momento de conclusão, ele é necessário para ele ir, nós estamos no momento anterior, em geral, as apresentações de EIA/RIMA elas não contam com essa apresentação adicional do estudo de tráfego porque ele se quer foi iniciado nesse momento, então esse estudo é o anterior porque ele existe, porque a empresa sabe que é uma procuração da população, é uma preocupação da população, então a gente está trazendo os dados do momento em que ele está, que ele se iniciou muito posterior ao EIA/RIMA porque a gente sabe dessa preocupação de todo mundo com relação a esse problema, por exemplo, no DR nós começamos dar soluções maiores e pra soluções menores, então a gente começa dos pontos onde tem maior volume de tráfego. O DR atualmente nas consultas que a gente efetuou, ele não possui solução para essas duas interseções, vocês sabem que uma operação manual que eles vem constantemente tentando melhorar a questão do fluxo lá, mas não existe uma solução definitiva sem a operação dos agentes de trânsito, então assim, hoje, existe pro Distrito Federal diversos pontos onde tem projeto de gaveta esperando recurso, e eu não sei se vocês sabem mas aqui não tem nenhum projeto no DR que a gente tenha tido acesso, nós fizemos consultas das mais variadas formas, preparados pra absorver esse fluxo. Então, a única instância que está preocupado e tentando analisar o fluxo e propondo soluções para a gente ter uma melhor condição de circulação lá, é nesse momento. Porque o poder público agora agora não está preocupado com o que está acontecendo lá, nem na ESAF e nem lá no balão da JK...

P/Interlocutor não identificado – Aliás poder público está preocupado nada meu filho, nós que tem que tá preocupado, falo sério... tão preocupado com roubo que eles fazem na hora que eles **(ininteligível)**

P/RÔMULO – Mas assim, eu eu num, eu já não.

P/ANTONIO – Prossegue com...

P/RÔMULO – Foge da minha, da parte técnica. Então no momento o que eu vou dizer para vocês é o seguinte, a gente tá discutindo soluções em dois níveis nesse ponto, é exatamente isso que nós estamos fazendo. Nós estamos apresentando para o DER

soluções em dois níveis que não façam interferência com a paisagem. O que que significa isso? Trincheiras, mergulhões passando por baixo das intercessões, de forma que a gente não precise de uma operação manual como ela é feita hoje lá. Hoje se um agente de trânsito não entrar em operação no balão da ESAF, vocês sabem o que acontecem lá, é aí o que o estudo pretende chegar, por que nós estamos evoluindo em discussão com o DER desse momento simulando soluções, a gente simula diversas alternativas para mostrar, é e colocar esses pontos em dois níveis, isso não é um viaduto comumente chamado. Viaduto comumente chamado a gente tem um trevo, a onde a gente tem ele suspenso interferindo com a paisagem. O que nós não estamos trabalhando aqui é são trincheiras para poder absorver esse fluxo, mas não é um fluxo futuro só previsto pra quando tiver ocupação do empreendimento é o fluxo atual, porque o primeiro ponto do trabalho, como vocês podem ver nessa imagem, tá cheio de linhas laranjas, vermelhas e pretas. Tá demonstrando que a gente tem uma condição de saturação lá superior à que é aceita hoje...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vai aumentar

P/RÔMULO – Isso aqui não é com o empreendimento, vai aumentar.

(SONS DE PESSOAS FALANDO)

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – próxima pergunta

P/RÔMULO – Perfeito, pontos de acesso...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Podemos ir pra próxima pergunta?

(SONS DE PESSOAS FALANDO)

P/ANTONIO – Ele vai falar ali sobre as próximas vias e passando para próxima pergunta...

P/RÔMULO – Não entendi.

P/ANTONIO – Acho que alguém perguntou quais são as vias...

P/RÔMULO – As formas de acesso ao empreendimento. Aqui a gente tem um balão que desce pra JK essa é uma rota de acesso ao empreendimento, essa é outra rota de acesso ao empreendimento e essa é outra rota para o empreendimento, nós temos essas três formas de acessar o empreendimento.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Essa do meio é por onde? Dá para você falar por onde é

P/RÔMULO – Essa é a entrada Solar de Brasília, você aparentemente qual entrada.

(SONS DE PESSOAS FALANDO)

P/ANTONIO – Não ele, eles estão pedindo pra você localizar quais são as entradas

(SONS DE PESSOAS FALANDO)

P/JANDSON – Gente só um minutinho, só um minutinho, por favor vamos ouvir só um minutinho. (SONS DE PESSOAS FALANDO) É... só um minutinho, olha as três rotas... não vou mais usar isso aí... As três rotas (SONS DE PESSOAS FALANDO) por favor, como o Rômulo falou, essa é a subida da terceira ponte, tá certo? aqui é a subida da terceira ponte, aqui é a DF do lado sul, ok?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Tá.

P/JANDSON – Então subindo na subida da terceira ponte quando ela toca na DF001 que está aqui em cima que tem aquele balão lá, logo em seguida tem umas áreas comerciais ali. Então ali vai ter uma primeira entrada e essa via... (SONS DE PESSOAS FALANDO) só um minutinho, essa via ela está fora da nossa poligonal e a gente recebeu essa via prontinha da CEGET por meio de um projeto de regularização do Solar de Brasília que veio para gente, com a determinação "vocês tem que fazer com que a via de vocês se junte a essa que já está projetada lá dentro do Solar de Brasília" isso veio pronto de lá. Quando chegou aqui então ela passa dentro da área do Piquet, está certo. A nossa poligonal ela começa daqui ó, daqui para baixo então essa via ela já veio pronta e daqui a gente fez a conexão, está certo.

O segundo ponto de conexão é a partir da mesma DF lá embaixo que é do Lago Sul, que sobe na 23 do lago sul, quando ela toca aqui, existe também a previsão de uma via menos volumosa do que essa, ela é mais estreitinha, aqui tem um trecho que hoje é de terra, mas existe uma previsão do governo também em algum momento de ser asfaltada, a nossa poligonal mais uma vez ela começa aqui e veio a determinação "essa via em que se juntar com a outra". E tem essa que desce entre esses dois condomínios que também vai conectar aqui, porque aqui vão ter os equipamentos públicos projetados, por que como nas áreas de parcelamento não tem a interna para os equipamentos públicos desse condomínio foi previsto, foi previsto fora da poligonal desse condomínio e vai está aqui, essas três vias se juntam e ligam aqui tá certo.

A partir daqui que está dentro do nosso empreendimento a gente seguiu aquele desenho das diretrizes urbanísticas que também vieram da CEGET, então existe uma via que vai tá

aqui, desce, vem lá pro vale, atravessa um trecho do córrego, aí ela se afasta do córrego conecta aqui e vem se ligar nesse cotovelo aqui da Estrada do Sol.

Mais uma vez o nosso empreendimento para aqui e foi uma exigência das diretrizes urbanísticas, essa possibilidade de ligação com a Estrada do Sol aqui, o que acontece, o que a gente sabe, aí também são conversas dentro do governo em função desses processos de aprovação. Existe a intenção do governo em fazer a partir desse ponto até o final a duplicação da Estrada do Sol no trecho a onde é possível duplicar, desse cotovelo para essa, para aquela região do comércio aqui, do Jardim Botânico a Estrada do Sol já é muito estreita cercada por muro dos dois lados, o que a gente sabe das políticas do governo, não tô antecipando se o governo vai cumprir ou não, mas o que acontece, nesse trecho que é muito estreito é que aparentemente não há uma intenção de duplicação por parte do governo, o que haveria é desse pedaço pro final da estrada do Sol, assim como também as possibilidades de conexão com São Sebastião, uma que já é de estrada de terra que acontece bem aqui e seria asfaltada e uma outra lá na frente com políticas do governo. Então é um empreendimento a onde nesse trecho que tem aproximadamente 3 km foi por meio da junção dessas diversas poligonais que a gente tem aqui, porque originalmente são poligonais pequenas de pequenos proprietários, se conseguiu juntar uma gleba de aproximadamente 200 hectares é por conta disso que essa pista é possível de ser feita...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – E a etapa 2?

P/JANDSON – ... Se esse empreendimento por exemplo ele não sair facilmente o governo vai conseguir desapropriar tantas áreas para promover a implantação dessa via. Então só mais uma vez só para recapitular, três entradas elas se juntam há uma conexão com Estrada do Sol, quando se fala dos impactos da Estrada do Sol na verdade, as relações do empreendimento com o plano piloto ele acontecem no outro sentido tá certo, ela toca a Estrada do Sol em apenas um ponto.

P/ Barreto – Vamos pra próxima questão, tinha o número 5, tu tinha escrito uma aqui né?

P/FABIANA – Boa noite, eu sou Fabiana. Eu sou arquiteta urbanista. Hoje eu estou como moradora, apesar de trabalhar no GDF. É a minha questão eu só queria assim é considerar o que vocês estão falando com relação a diretrizes urbanísticas, que vocês estão assim repetidamente dizendo "Ah o governo que determinou essas entradas e tal", toda vez que são feitas diretrizes urbanísticas elas dependem de um relatório de trânsito, vocês sabem né! então quando foi feita a de **(ininteligível)** 06 que foi determinado esses acessos, essas entradas depende justamente desse estudo que eu achei que estava um pouco mais

avançado né, as pelo que eu percebi tá muito no início, então a gente não sabe o que vocês vão planejar, quais vão ser as medidas mitigadoras né e quais seriam as soluções. Então acho que cria confusão e fica parecendo que vocês tão assim apenas completando o que o governo tá propondo e aí eu discordo. Que eu acho que vocês tem que deixar claro que assim a diretrizes ela pensa num planejamento urbano mas depende do tipo de empreendimento que vai ser implantando, então vocês estão apresentando pro governo agora no caso pro IBRAM primeiramente este projeto, então assim não dá pra dizer que tá sendo previsto ao governo, por que senão causa confusão parecendo que estava já previsto e que vocês tão respeitando. Vamos ver se vai respeitar conforme pegar o relatório de impacto de trânsito e aí a gente vai ter o resultado e ver quais vão ser as soluções que vocês vão dar para isso tá? Então só pra deixar registrado por que senão fica parecendo que tá tudo certo e eu acho que assim as diretrizes urbanística é uma coisa, o empreendimento tá ali pra vocês implantarem esse empreendimento é necessário esse relatório e saber quais vão ser essas soluções que vocês vão dar, pra daí sim vocês vão terem né.

Então assim é uma pergunta que eu ia fazer era sobre as medidas mitigadoras, que vocês não apresentaram, eu gostaria que vocês falassem por favor se fosse possível pelo menos 5 dos impactos adverses que o estudo ambiental apresentou né, gostaria também que vocês dissessem por favor é sobre, eu fiquei na dúvida vocês falaram 15% de área verde que foi levantado, eu não entendi.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – (ininteligível)

P/FABIANA – Não eu entendi que era diretrizes urbanísticas, mas áreas verdes né, acho que é espaço... é

P/JANDISON – Área pública.

P/FABIANA – Área pública, então deixa claro que a área verde, que fica parecendo assim que reserva de área verde, não é. Área pública você pode instalar diversos equipamentos diversas coisas, então outro equívoco aqui da fala de vocês só para deixar esclarecido aqui né. E eu queria se fosse possível também o acesso que vocês já disseram né, fora o acesso...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Esse é o único acesso

P/FABIANA – Sobre o principal acesso, esses impactos adversos se fosse possível, pelo menos 5 aí que não vai ter tempo para gente falar todos né. Eu queria saber também como que está o processo do projeto urbanístico, como que está esse processo por que eu sei que ele caminha junto com a licença. Eu acho que é importante a gente saber sobre o

projeto urbanístico como que está o processo de aprovação, para gente saber também. E quando vocês dizem também que a densidade habitacional está seguindo as diretrizes urbanísticas né, a gente sabe que também de acordo com o tipo do empreendimento dos impactos de trânsitos, isso acaba que assim, num é bem assim pode até ser dentro daquela faixa mas é claro que a gente tem toda essa questão do trânsito então é isso tá! Obrigado

(SOM DE PALMAS)

P/JANDSON – Eu vou conseguir responder uma parte da pergunta, que é sobre em que fase está o plano de uso ocupação do solo...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – E os impactos?

P/JANDSON – Depois eu passo a palavra para mais alguém que posso complementar com relação a outras questões dos impactos. É cadê o controle do? Então se a gente olhar aqui no finalzinho da apresentação do master plan, tá certo é... **(ininteligível)** só um segundinho que vai aparecer o documento aqui tá certo, pronto. É o plano de uso e ocupação do solo ele já foi aprovado pela SEGETH tá certo então nós temos uma ligação muito próxima com a Secretária de Gestão Territorial no acompanhamento desse processo, então a gente sistematicamente discute com a SEGETS, acompanha né o as análises que são feitas e qualquer dúvida que a SEGETH tem, ela sempre entra em contato e a gente vai esclarece e considera isso. Então para essa fase que o projeto se encontra agora o plano de uso e ocupação do solo, ele já recebeu a anuência, ele já foi aprovado pela Secretária de Gestão Territorial. Você quer fazer uma complementação? Esse documento ele é de abril de 2018 onde isso já foi aprovado.

P/FABIANA – Isso o que? não entendi!

P/JANDISON – O plano de uso e ocupação do solo já foi submetido a análise da SEGETH e já temos um parecer aprovando dia 6 de abril de 2018, ok?

P/FABIANA – Você pode passar...

P/JANDSON – As próximas fases seriam fazer o estudo preliminar após a aprovação do IBRAM, fazer o estudo preliminar e depois desse preliminar fazer o projeto executivo para aí sim ir para obras. tá certo? Então a primeira fase desse processo de parcelamento que é o plano de uso e ocupação do solo, que traduz as diretrizes para o que vai ser feito na região, isso já foi exaustivamente discutido com a SEGETH durante mais de 3 anos e aí em abril, sim está tudo disponível lá no site. Então foi feita aprovação pela SEGETH, ok?

P/ANTONIO – Ela pediu 5 impactos

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Piores... A água subterrânea, a água superficial tá com...

P/ERICK – Bom pessoal a gente vai abrir um pouquinho aqui a matriz de impacto ambiental. É a gente pede desculpa no momento do prognóstico é um trabalho assim muito aprofundado em função do regramento da audiência a gente tem um tempo de apresentação, então nós tentamos discutir, aprofundar nos pontos principais, porém eu acho que uma questão que ainda tem algumas dúvidas sobre o prognóstico ambiental. Lembrando que esse prognóstico ele está disponível também do EIA RIMA tá. E aí ele tem uma série de impactos ambientais, bom...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – 5 pior

P/ERICK – ... Primeiramente nós temos o diagnóstico ambiental que é o documento que foi apresentado, após o diagnóstico ambiental nós temos o prognóstico ambiental. E para a avaliação desse prognóstico, nós temos uma metodologia de avaliação de impacto ambiental, onde você tem para primeiramente por meio, onde nós temos o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico. Deve tá na outra página por favor, mas só pra gente, isso no meio socioeconômico tá. Então essa é a matriz puramente a matriz lá do EIA RIMA, vocês vão verificar no EIA esse documento. Pode subir um pouquinho esse documento por gentileza, isso, pode voltar para o meio físico...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Pode mostrar o finalzinho da tabela, por que é lá que tem o tamanho do impacto.

P/ERICK – Então vamos lá é dá um zoom um pouquinho por gentileza Pedro, isso tá legal. Então nós temos aqui a listagem dos impactos ambientais numa coluna, na sequência nós temos a etapa em que o impacto está relacionado, se é na fase de planejamento, se é na fase de instalação ou se é na fase de operação do empreendimento, então você estabelece a fase. Na sequência você tem a forma desse impacto tá, lá no EIA RIMA estava explicadinho o que que é forma, que que é natureza, que que é abrangência.

Então vamos simulando junto aqui, então eu tenho a forma do impacto, eu tenho a sua natureza, eu tenho a sua natureza se é positiva ou negativa. Eu tenho a sua abrangência se ela é local, regional, estadual ou nacional. Nós temos o tempo que a sua temporalidade se é impacto de longo prazo, se é impacto de médio prazo, se é impacto de médio ou longo prazo. Nós temos a sua reversibilidade, esse impacto ele é reversível ou ele é irreversível. Nós temos a sua importância do impacto a sua magnitude, a sua duração e a sua

probabilidade de ocorrência e no fim nós temos a valoração. Para gente poder entender como que é essa matriz é, até um detalhe importante, se nós buscarmos na literatura, matriz leopold outras matrizes de impacto ambientais ela é meramente qualitativa, ou seja é negativo ou positivo, a natureza, forma ela é meramente códigos que são determinados. A gente pensou em fazer algo diferente, além de qualificar o impacto, que é um dado qualitativo, nós trouxemos uma variável numérica, que é o impacto quantitativo. Então seria uma forma da gente ter um resultado matemático ao final da matriz de forma que ela me apontasse um resumo de impacto a cada impacto, dá um zoom ali Pedro por favor naquela figurinha ali embaixo, onde eu tô apontando por gentileza. Não, pode ir lá, pode ir vai lá.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Mas é baseado em alguma metodologia.

P/ERICK – Então nós temos essa metodologia tá, então a gente tem as notas, pra cada fator daquele que eu ponderei, ou seja a forma, abrangência, reversibilidade...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não enche língua, fala o impacto.

P/ERICK – importância, magnitude, duração e probabilidade e aí você aplica nota de 1 a 10. Pode ir lá pro impacto por gentileza...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vai para o primeiro impacto mostrando o nível dele

P/ERICK – Isso nós vamos lá no primeiro impacto, então nesse momento da matriz de impacto ambiental, por se tratar de físico, biótico e socioeconômico a gente tem uma interação muito importante entre os técnicos que compõem a equipe técnica do estudo, tá. Então essa matriz ela é feita a quatro mãos, então vamos lá.

Meio físico, alteração da paisagem decorrente da instalação do empreendimento, isso é um impacto...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vai lá para o final

P/ERICK – Lembrando que para cada impacto ambiental, nós temos uma discussão imensa no IEA RIMA que traz as medidas mitigadoras pra aquele impacto e não tão somente as medidas de posse das medidas, você tem os programas de monitoramento ambiental, em que momento que é feito esse programa de monitoramento ambiental? Durante a instalação do empreendimento e durante a operação do empreendimento, tem programa aqui que ainda acontece durante a vida útil do empreendimento. O empreendimento ele é 30 ou é 100 anos, vai ter programa que continua durante a existência do empreendimento.

Então o programa partindo dessa premissa que programas ambientais na fase de obra que

acompanha toda instalação do empreendimento, feita a instalação do empreendimento você tem a licença de operação. Então você tem programa pra licença de instalação, programa de monitoramento pra licença de operação.

Então dito lá primeira alteração da paisagem, aí eu tenho um programa de recuperação de área degradada, eu tenho um programa de monitoramento e recuperação dos processos erosivos.

P/ANTONIO – Erick só um momentinho aí, eu peço que coloque aqui mais 30 minutos em contagem regressiva para ver se a gente consegue pelo menos sanear um pouco mais.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho melhor continuar, porque isso aí vai ficar até, esses programas vão ser implantados...

P/REGINA – Mas você podia ir rápido tenho 4 pontos, 5 pontos...

P/ERICK – eu vou indo no final você...

P/REGINA – Obrigada

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Essa forma de apresentação não é o que a gente quer, então acho melhor passar a diante e a gente colocar as outras perguntas.
(SOM PESSOAS FALANDO)

P/ERICK – Pessoal foi perguntado sobre os impactos ambientais...

(SOM PESSOAS FALANDO)

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é mas é só uma encheção de linguiça.

P/ERICK – eu acho justo e coerente com os colegas que fizeram a pergunta a gente demonstrar os impactos ambientais.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – mas a gente quer continuar as perguntas

P/ERICK – pode ser só 5 impactos?

P/ANTONIO – 5 impactos!

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – É...

P/ERICK – então vamos falar de 5 impactos tá.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Maiores

(SOM PESSOAS FALANDO)

P/ERICK – Ó vamos lá, vamos pegar um tema interessante aqui.

P/REGINA – Contaminação da água subterrânea

P/ERICK – Então como eu falo do impacto para cada ação eu tenho um impacto ambiental, então vamos lá. Contaminação das águas subterrâneas está, eu tenho que levantar esse impacto e aí eu qualifico esse impacto, então em que momento acontece esse impacto? é durante a instalação e a duração a operação do empreendimento. aí você tem toda qualificação do impacto, no final eu tenho um programa de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas e tem um programa de adequação da infraestrutura de apoio as obras. lembrando que o empreendimento ele tem uma extração de tratamento a nível terciário, tá. ou seja como é que eu vou monitorar esse impacto? eu vou ter lá coleta de águas, durante a instalação e operação do empreendimento e eu vou coleta essa água e vou monitorar a qualidade dessas águas...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Mas elas já estão contaminadas.

P/ERICK – É claro que eu sei que já tem todo um equipamento de infraestrutura a nível terciário pra poder mitigar esse impacto, ainda sim a gente tem um programa pra isso tá. Um outro exemplo por gentileza.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Acabou moço...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – a Pergunta de **(ininteligível)**

(SOM DE PESSOAS FALANDO)

P/ERICK – Ó Perda da Biodiversidade Local nós temos toda qualificação desse impacto e ali na sequência nós temos um programa de recuperação de área degradada...

P/FABIANA – Ei ei, desculpa...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Para de encheção de linguiça...

P/FABIANA – Eu pedi sim para ser citado, pode colocar aí como fala de exigência, qualquer coisa bem objetiva, que nós estamos aqui no meio né, de muitos especialistas.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Só tem profissionais formados.

P/FABIANA – entendeu, assim, você pode falar inclusive com **(ininteligível)** da exigência, não sei se já tá nesse nível, Barreto.

P/ANTONIO – Sim, nós temos ali os programas, certo. O que pode ser garantido acho que foi o que a Senhora apontou ali é que esses programas eles têm fase de ser implantado no

empreendimento. Alguns já no início desses programas são condicionantes da licença a ser emitida pelo IBRAM sendo ela LP, sendo ela LI, sendo ela LO. O não cumprimento desses programas onde eles têm que apresentar, relatórios é temporal...

P/ERICK – Periódicos.

P/ANTONIO – Periódicos de cumprimento, o não cumprimento disso ou de parte disso pode acarretar em advertência, suspensão da licença, até mesmo cancelamento e embargo do empreendimento.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – E correção do estrago?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Isso que eu quero falar (**ininteligível**) poluição da água subterrânea, que que é a solução? o programa de monitoramento! pergunto eu o IBRAM, se o programa de monitoramento mesmo que implementado, não resolva o problema da poluição, qual será a medida que o IBRAM irá tomar?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vai dar uma multa, em cima de outra multa.

P/ANTONIO – Ele é, deixando bem claro pra senhora. Se tem o programa de monitoramento da água subterrânea, a qualidade da água subterrânea ou superficial piorou, foi demonstrado lá nos relatórios que houve um pioramento e eles não gerarem a solução para isso, eles têm também a possibilidade de apresentar uma tecnologia ou vê alguma adversidade e coisa e tal, gerou aquilo. Se eles não apresentarem a contento e em determinado tempo essa condição de solução, eles vão ser punidos através da lei de crimes ambientais, aí resulta em autuação, infração, multas (**ininteligível**).

P/ERICK – Só para finalizar lembrando que vou te passar a palavra (**ininteligível**), só pra finalizar, lembrando que nós temos essa lista conceitual de 20 programas de monitoramento ambiental, eles são apresentados na fase de licença de instalação, para que o órgão ambiental.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Você tem um impacto irreversível e a solução é um programa de monitoramento. Isso é aceito?

P/ANTONIO – Nós temos...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Um impacto irreversível laranja, como o de água subterrâneas por exemplo e a solução, a única questão lá traz é um programa de monitoramento. Monitoramento só monitora...

P/ANTONIO – Existe o artifício, o instrumento chamado compensação ambiental que é no momento da emissão LI, daqueles danos ambientais não-reversíveis...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – É Irreversível.

P/ANTONIO – Então, os irreversíveis

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Então não tem viabilidade ambiental para ter emissão de licença.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Quando é Irreversível, não tem como reverter, eles vão pagar uma multa e vão continuar com o dinheiro do empreendimento no bolso... (ininteligível)

P/ANTONIO – Não, ele tem a compensação ambiental, é um instrumento legal...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Mas com água?

P/ANTONIO – Sim com a água, ele tem um instrumento legal e isso é mensurado no momento da emissão da LI.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Absurdo, isso é um absurdo...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é um absurdo

P/ANTONIO – Você tinha alguma coisa para falar dos impactos, por favor seja breve, só pra...

P/REGINA – É rapidamente, justamente sobre isso é o seguinte, essa matriz de impacto é super importante, porque ela tá classificada ali como reversível e irreversível, o que tem nota mais alta é o que é mais próximo da irreversibilidade, então se a gente colocar ali. A gente está vendo a contaminação das águas subterrâneas o valor é igual é 8 é altíssimo, então assim um plano de monitoramento prevê uma coisa depois, o próprio empreendimento já tá admitindo que ele tem um impacto seríssimo, é isso que eu quero dizer. O plano de monitoramento está sequer detalhado, isso pode dar certo e pode não dar certo. Então está escrito, a gente tem que abrir o olho que o próprio EIA RIMA ele já indica insuficiência do empreendimento, era isso.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Olha a conclusão aí...

(SOM PALMAS/PESSOAS FALANDO)

P/ANTONIO – Eu só para esclarecer **(SOM DE PESSOAS FALANDO)** por favor só pra esclarecer, por favor, só pra esclarecer, só pra esclarecer um pouco esses impactos são tratados a níveis de previsão e do pior cenário. No momento que a gente analisa a documentação de um EIA RIMA e isso passa por uma equipe técnica especializada dentro do IBRAM o qual temos hoje quase 10...

P/REGINA – Precisa acompanhar.

P/ANTONIO – ... Servidores profissionais das várias especialidades. Essa análise é do pior cenário, então eles têm que levantar ali o cenário mais impactante, não significa que no momento da ocorrência, vai ocorrer aquilo...

P/REGINA – Mas é possível, é um cenário possível?

P/ANTONIO – É possível, é um cenário possível...

P/REGINA – Ok, então para falar de cenário, só pra acabar minha fala eu prometo que não vou falar mais...

P/ANTONIO – E você se identifique para ficar registrado meu nome é Regina Cavili eu sou moradora da região. Em relação aos dados da água que o Seu Paulo, cadê ele? muito educadamente colocou pra gente. Seu Paulo os dados que o Senhor levantou são de 2009, 10 e 11 quando o Senhor está falando da questão especificamente falando é, dos recursos hidro superficiais. O Distrito Federal passou por uma crise hídrica começou em 16, 17 e 18 a gente viveu isso a média de precipitação caiu significativamente. então seus dados eu gostaria que o EIA RIMA reconsiderasse e fizesse essa análise da disponibilidade hídrica considerando os números mais recentes que a gente tem no GDF, não o de 2009, 2010 e 2011. Isso para mim é uma insuficiência.

(SOM DE PALMAS)

P/ANTONIO – Não quer falar?

P/ERICK – Não

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não chega, chega vamos pra próxima.

P/ANTONIO – O próximo, o 6 ou sete

P/ROBERTO – Boa noite meu nome é Roberto Dantas morador do Jardim Botânico....

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Bota o microfone.

P/ROBERTO – (ininteligível) Roberto Dantas morador do Jardim Botânico, Dr. Barreto não é melhor eles construírem isso aí em outro lugar não? **(SOM DE PALMAS/ ASSOVIOS E PESSOAS FALANDO)** Porra você já viu o pepino que você está aguentando. É um pepino isso daí, está cheio de coisa, tá cheio de coisa.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Bota em área de expansão urbana **(SOM DE PESSOAS FALANDO)**

P/ROBERTO – Deixa eu falar...

P/ANTONIO – Por favor...

P/ROBERTO – Vou ser rápido aí depois vocês falam à vontade. Primeira coisa eu ia falar sobre trânsito, mas foi feito, mas só vou dar um número aqui. A Terracap em 2014 emitiu o Relatório de Impacto no Sistema e Transporte e Trânsito - RIST e indicou que já em 2014 a ponte JK está com fluxo forçado ou congestionado. Ela está, essa ponte, a Ponte alguém disse que não é ponte. É a ponte tem aqui um quadrinho que eu vou deixar aqui para vocês é tarja preta. Horário da manhã tá é, fluxo forçado ou congestionado, na parte da tarde ela está com chegando a operar capacidade máxima. Então essa situação não é só esse projeto, simplesmente vai só potencializar isso, só isso, só esses efeitos. E outra coisa essa questão quer dizer e você já adiantou que vocês estão vendo isso ainda como é que vai ficar esse negócio e o projeto andando. Enquanto o projeto tá andando os carros tão chegando e a ponte tá engarrafando e a gente vai ficar no meio da ponte lá esperando o que vai ser, simplesmente vai se agravar isso aí...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – E se tiver acidente...

P/ROBERTO – E outra coisa, é uma coisa que vocês devem, acho que vocês falaram aqui também, então a maior questão é isso daí. A questão dessa situação do, da QI23 que também é engarrafada, eu vejo toda hora que tem que sair daqui chegar lá em cima antes das 5 porque senão eu vou pegar engarrafamento, se eu for sair, sai 10 horas, 11 horas pra pegar uma ponte JK mais o menos light. E se tiver um acidente aí engarrafa mesmo, aí você esquece. Então esta situação é séria, não é uma coisa, isso aí é questão de inviabilidade do projeto. A água é importantíssima? é superimportante, mas também isso é superimportante. "Ah isso depois vou ver como é que vai ficar e a gente vê como é que fica" não resolve por que o problema é hoje. Existe hoje e precisa resolver isso aí.

Outra coisa, falou muito dessa, você tem aquele mapinha, voltar ali do trânsito, que mostrou dos acessos na QI23, deve ter um morador aqui da Estrada do Sol né, eu vivenciei muito isso porque participei do movimento comunitário e tal e aquela...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Esse?

P/ROBERTO – Aquele maiorzinho... **(SOM DE PESSOAS FALANDO)**, não não, aquele ali. Isso isso.

Então olha só, eu moro aqui nessa região, o que que acontece, qual é a solução dada pelo projeto e particularmente é para buscar o interesse dos moradores da avenida da Estrada do Sol, só que é um interesse imediato, isso daqui a alguns anos, isso daqui vai explodir. então o que que acontece, foi feito isso daqui você vai ter estrada do sol vai começar aqui

embaixo vai vim uma terceira via, vai vim pra cá ou ele vai sair direto aqui ou vai sair por aqui. Só que hoje de manhã esse trânsito aqui, todas essas áreas de retorno são fechadas para você dar um fluxo contínuo pra chegar lá em cima, só que com essa proposta aqui de você fazer esse gargalo aqui, vai fazer o que, estaciona, vai botar farol, sinal, vai botar aqui. Vai engarrafar isso daqui. O que você está fazendo pra espalhar por aqui simplesmente engarga aqui. Quando você for, o carro for da estrada do sol for entra por aqui, entrar na via, vai brigar com quem está no fundo do fluxo contínuo aqui. Então não tem essa solução aí, é uma solução visual "Ah eu vou ter uma terceira via", está você vai ter uma terceira via, mas pra engarrafar na ponte (PESSOAS FALANDO), não além disso, sem falar de mais carro. Então essa questão viária aqui dizer que a terceira via, como eu via no papel aqui dizer que é a solução da Estrada do Sol, infelizmente não é a solução da Estrada do Sol, porque tudo que tudo que você está fazendo aqui, vai desaguar ali, aliás pra mim vai piorar, porque aqui você vai criar um gargalo que vai brigar a turma que quer vim pra cá e a turma que quer entrar pra cá, pessoal da estrada do Sol que vem por aqui vai brigar com esse fluxo aqui, aqui o fluxo contínuo quando você entrou aqui você vai direto, quando você vim aqui brigar pra cá vai ser isso tudo vai engarrafar, isso tudo vai engarrafar, além do fluxo.

Outra coisa aqui, falar aqui é então essa questão viária para mim não é principal, é fundamental como a questão da água. Quanto a questão do esgoto tão falando que vão fazer, vão fazer, vão fazer. A situação que foi mostrada ali, que mostrou da de São Sebastião o comércio, isso tudo é omissão do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, perdão. Porque não tem poder para organizar isso daqui e sempre foi assim. Então qualquer projeto que venha é só você ver, isso daqui é um futuro noroeste, porque vai fazer a proposta linda maravilhosa mas não tem...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Viabilidade

P/ROBERTO – Controle para exigir, Desculpe Dr. Barreto, de exigir tudo isso daqui, qualquer coisa fala "não bota uma arvore lá não sei a onde que tá resolvido seu problema".

Só que a gente aqui não quer a arvore lá, quer resolver o problema aqui, que bota arvore? bota arvore lá! Mas vamos resolver esse problema aqui. outra coisa que eu vi, que tinha até questionado aqui, possibilidade de hospital e já tá dito aqui que vão construir hospital. Esse projeto pra mim aqui é o seguinte hospital...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Escola.

P/ROBERTO – Não, num é escola. Escola vai ter para os médicos que vão morar lá. É Hospital, Ambulatório e Consultório. É para esse pessoal que tem terreno, só que a turma de verde ali não sabe nem o que que é hospital, é tudo garotada, não frequenta hospital. A

turma de cabelo branco aqui que vê consultório, exame de sangue acho que nem sabe o que que é porque não passa. Então você vai criar aqui Dr. Barreto, Dr. Barreto né? isso! Vai criar aqui, isso aqui na verdade é um centro médico para dar moradia pros médicos que vão ficar aqui a turma cheia da grana "Opa vou a pé pro meu trabalho". Só que isso daqui esse número de 10 mil e 400 que tão falando aí é muito mais do que isso.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – A com certeza (SOM DE PESSOAS FALANDO)

P/ROBERTO – É muito mais do que isso e o fluxo, não se eu boto um hospital. Vai no hospital de Brasília e vê como que é lá, vai no centro lá do hospital da Ala Sul, aquela zona que é ali. por exemplo eu não vi, eu só vi os mapas bonitinhos, eu não vi um estacionamento, onde é que o pessoal vai chegar lá? vai guardar o carro a onde? vai estaciona? vai na rua?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vai de helicóptero

P/ROBERTO – Não, é de Helicóptero, tele transporte, não sei brincadeiras.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Tem lá o Morrão esperando pra ser (ininteligível)

P/ROBERTO – Depois faz um túnel subterrâneo, pra deixar. Então o seguinte, esse projeto, aí perdão. Então o seguinte esse projeto aqui por isso que não tem a viabilidade viária daqui, a viabilidade viária dali, pra atender isso aqui porque isso daqui não existia, não existia, essa área aqui não é pra existir nessa exploração que tá aqui. é condomínio mais afastado de tudo e nós temos que ficar de olho não só nesse empreendimento aqui, em todo esse projeto que já é falado aqui 1 milhão e tanto, que senão obrigar o GDF a dar uma solução viária pra isso aqui nós vamos viver no meio do engarrafamento. Nós vamos ser aqui aquele bairro de passagem que no rio chamava "morar em botafogo". Morar em Botafogo ou você vai para zona sul ou vai pra Lagoa, Botafogo é passagem. É passagem, é isso daqui que está assim...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – (ininteligível) Passagem né...

P/ROBERTO – Por isso que tem a rua da passagem exatamente então vai ficar essa daí. Então a nossa preocupação já foi levantada e repetida e eu torno a repetir. Essa questão viária que para nós é fundamental, além de água, tratamento de esgoto, tudo, nós temos que ter atenção. Eu volto aquela minha primeira ideia, pede para eles construírem em outro lugar, não vai ter tanto problema, não vai ter confusão. Você vai discutir com o DER o que que você vai falar de via, o DER não tem dinheiro, prometeu 400 milhões e está hoje aqui, o estado quebrado e tudo.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Tem um monte de área (**ininteligível**).

P/ANTONIO – Valeu obrigado.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Próximo, próximo.

P/ANTONIO – Nós recebemos aqui uma, muitas perguntas aqui tão sendo bem parecidas com o que vocês estão colocando. Eu vou puxar, antes de passar a palavra pro próximo aqui, eu só vou puxar a pergunta da Claudia Vieira.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Mas porquê? Não.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Tem ela de próximo aqui esperando.

P/ANTONIO – Eu vou passar, ela vai falar. Vou falar aqui da Claudia Vieira, porque ela colocou aqui "Quem fará a gestão da RPPN após a sua implantação, incluindo fiscalização, proteção contra caça, depredação, poluição, invasão. Existe projeto incluindo previsão orçamentária para manutenção das UCs" Esse tipo de UC é mantido pelo empreendedor é obrigação dele, então assim o empreendedor o nome é Reserva Particular então é totalmente mantido por ele fiscalizado pelos órgãos ambientais, no caso o IBRAM vai estar fiscalizando se realmente ele está mantendo. Então é uma das opções colocado lá pela, pelo plano de manejo da APA de São Bartolomeu de que seja feito a RPPN ou servidão e o empreendedor optou pela RPPN, inclusive em comum acordo com o IBRAM, porque a RPPN é uma situação muito mais de proteção do que a servidão que é apenas uma situação a mais colocada na matrícula. Então as obrigações de proteção dessa área reservada é toda e exclusivamente do empreendimento. A Senhora.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – É indiferente porque o meu é (**ininteligível**).

P/ANTONIO – Ele mostrou no início o desenho.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos acelerar

P/SHIRLEY – Eu vou falar por 2, eu vou usar aqui por que eu estou com muito papel, vou falar por 2 que é por mim e pelo Sergio Pamplona que é morador a 20 anos da área mas viajou por causa de trabalho...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Inclusive o mais impactado, depois de tanto adiamento ele não pode...

P/SHIRLEY – Primeiro vou entregar para o IBRAM, acho que eu ia entregar pro empreendedor, mas vamos entregar pra SEGETH as quase 2600 assinaturas do nosso

pedido dessa audiência porque, porque como as 250 iniciais não foram aceitas pelo IBRAM, nós viemos estar reforçando que tem bastante gente que queria isso (SOM DE PALMAS) E eu vou tentar juntar a minha fala com a do Sergio pra tentar ser mais objetiva só de óculos que eu já tô veinha.

P/ANTONIO – Seu nome?

P/SHIRLEY – Meu nome é Shirley, falo também pelo Sergio, eu sou moradora ele também, ele é dentro do quinhão, ele vai ser o porteiro se isso aí existir um dia e eu moro no, na perto da Avenida do Sol.

A primeira questão que eu trago aqui é sobre a questão do solo e da geomorfologia, porque a lei federal de parcelamento de solo, seria 766.79 elas dizem que você tem que ter 30% como APP não pode parcelar, tem que ser APP lá dentro e a questão da fragilidade, se a geologia permite isso. Então no e na apresentação do senhor que falou sobre meio físico, não fica claro o mapa de declividade. Então a gente tá pedindo que isso seja melhorado com uma escala passível de ser visto que tá lá, porque parece uma paisagem de **(ininteligível)**, que então além da APPs de rio que essas tão mais né de curso da água e tudo mais fáceis de ver, tem as APPs de 30% pra que também coloquem a questão da fragilidade dos solos, porque elas estão nas áreas de contato abaixo dos 30% e aí essa é uma preocupação, porque isso dimi, vai diminuir a área que é passível de ocupação e isso tem que ficar muito claro, por que isso é exigência **(ininteligível)** pra você ter um parcelamento e aqui tá mais detalhado e aqui tá entregue uma petição. Em nome ainda do, aí eu vou falar um pouquinho sobre Fauna no próprio na página 133 do volume 3 fala que nenhuma espécie tá ameaçada, mas no entanto nenhuma delas foi avaliada nem pelo Ministério, pelo IUCN, nem pelos a com mais detalhe, e diz que pode ter sim um grau de ameaça. dado que essas espécies não foram estudadas. Então isso também pode ser também pode ser considerado, porque o órgão ambiental está isso e eles estão dentro de uma APA. A Outra questão é é colocado que a fitofisionomia predominante é florestal próxima ou não de cursos d'água, porque tem cerradões maravilhosos lá dentro que estão nas áreas que eles vão construir prédio e nessas áreas segundo a fonte deles, 80% das espécies de mamíferos estão lá e ela servem como corredores e aí elas também tem que estar dentro da RPPN, porque não fica claro dentro daqueles mapas e qual escala que é colocado, se a RPPN vai ser só APP e APP já tá protegida e RPPN é claro da mais uma proteção, na unidade de conservação eu sou dessa área, então que fique mais claro a onde vai ser essa APP e se ela pega essas regiões aqui que são as essenciais que a APA tem que proteger e o zoneamento da APA pede isso e não botar prédios em cima do cerradão. Que é em cima do cerradão que está previsto para botar prédio, aí vai tirar o mogno, vai tirar a área onde ainda existe o pouco de cerrado dentro do DF, tá. Isso está pedido então porque a área ela tem uma sensibilidade tanto no meio físico, está pedido aqui! Como no

meio biológico, que tá pedido aqui! E que isso seja mais claramente, porque a gente espera que o órgão ambiental olhe essas questões, porque os bicho não vão vir aqui pra falar alguma coisa, a água não vai vir aqui falar alguma coisa, somos nós da área ambiental que temos que defender isso porque senão ninguém vai falar por eles. (SOM DE PALMAS) Tem mais algumas coisas, porque a aptidão da área é conservação. Então faz, faz um prédio, mas não faz um prédio porque se você contar os 10.200 habitantes fixos, mais os 6.900 para trabalhar e mais os 5.500 flutuantes da 20.000 isso dá 100 habitantes por hectare. Então essas coisas têm que ser vistas e a SEGETH devia esperar essa questão do meio físico e do meio biológico pra começar a fazer a **(ininteligível)** por ela não especifica porcaria nenhuma, ela pega o **(ininteligível)** que tá no PDOT o que tá na **(ininteligível)** e cola lá em cima. Ou ali é uma área de contato com declividade, com áreas deposicionais, com cerradão e aí a SEGETH não faz o link com o zoneamento da APA, com todas essas questões ambientais muito importantes, cadê a SEGETH aqui? Ela diz "A não eu vou ver só depois", mas já está com um monte de papelzinho eles né. Então isso é questão que eu acho que é o IBRAM que é da área ambiental tem que chamar a SEGETH para conversar melhor sobre isso.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Cumpra seu papel

P/SHIRLEY – É exatamente. E os levantamentos são muito legais, as metodologias e tal, os levantamentos são ótimos só que os resultados do levantamento e a conclusões, a tem umas pontes e uns viadutos que tão fraturados ali no meio que a gente não consegue ver a conexão. Isso tem que ser melhor avaliado. Como por exemplo você tem um, aí estou com a boca seca...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Quer água?

P/SHIRLEY – Quero, brigado. Eu sou faladora mas fico assim. E agora esqueci o que ia falar, a tem a desconexão e você também tem aqueles impactos como a água subterrânea e programa de monitoramento como suficiente para cuidar disso. Ou aí ele vai dizer "aí eu monitorei", aí já ferrou tudo né.

Deixa eu ver meus papezinhos aqui, entreguei...

Aptidão, diagnósticos desconexos, impactos irreversíveis com isso, aprimoramento.

A tem um monte de coisas que foi falada aqui que eles vão fazer, que tal ter um termo de compromisso, está que sei lá o que, para dizer se isso não existir, todas essas promessas colocadas aqui, não tem licença de instalação. e assim por diante até chegar no fim. Porque a gente já viu a das Claras era para ser 12 andares, olha lá quantos andares tem, Noroeste a propaganda do rádio eu morria de rir quando escutava a CBN e a propaganda do Rádio

"A gente vai fazer esgoto, nós somos sustentáveis" Tá lá o Ministério Público mandando fazer um monte de coisa, porque eles estão fazendo um bando de coisa errada. Inclusive os apartamentos são uma porcaria, mas vem aquela coisa. Então assim, para vender eu sou sustentável, mas depois quem paga o prejuízo, somos nós com nossos impostos e sem água depois, né.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – O Empreendedor deveria avaliar essa capacidade (ininteligível)

P/SHIRLEY – E outra e a pergunta que eu faço a última, como eles conseguem 6 outorgas de água, quando quem mora lá não consegue, sem a LP tá terminada? Desculpa não é nada com o senhor não, tá?

P/ANTONIO – Tem mais alguma contribuição aí?

P/SHIRLEY – Esse aqui também são seus...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem licença prévia não.

P/SHIRLEY – Menino que fez a gentileza da água...

P/ANTONIO – Então esses seus documentos Shirley, vão ser anexados aqui, e vai pra nossa equipe...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Explica pra gente como é que vocês conseguiram essas outorgas, que nós também tá querendo.

P/ANTONIO – Mas o próximo...

P/ERICK – Mas só um adendo aí a colocação dos colegas né, o nosso estudo é um estudo meramente técnico, tá. É um estudo feito por uma equipe de 26 técnicos, então para cada anuência que nós obtivemos junto a concessionária ou aos órgãos intervenientes é feito mediante o estudo técnico, né. Então será se todo mundo.

P/ANTONIO – O Erick, vamos colocar se você fez a contabilidade que seriam mais 22 minutos então vamos encerrar exatamente nos 22 minutos.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não pera lá, quero fazer minha pergunta.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Tem que marcar outra audiência.

P/ERICK – Só pra complementar viu Barreto, só pra complementar sem estender muito, a gente tem que passar pelo crivo de uma série de concessionárias, a Adasa, Caesb, SLU, Novacap, IPHAN, dentro do próprio IBRAM, tem anuências dentro da unidade de

conservação, então nós conseguimos obter essa anuências mediante estudos técnicos, então se esse pessoal, desculpa o termo eles estão meio malucos de nos dar essa anuência mediante uma palavra (SOM DE PESSOAS FALANDO) os estudos são meramente técnicos, os estudos são meramente técnicos, a gente cumpri uma série de exigências pra você obter uma licença prévia, pra você cumprir uma licença prévia você tem que cumprir um série de exigências, não cumprimos isso ao longo de 10 anos...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não se prende a esse papel, vamos tentar fechar a coisa.

P/ERICK – Esse estudo ele não foi feito como muitos dizem da noite para o dia, gente são 10 anos de investimento, vocês conheceram toda a equipe técnica envolvida, são pessoas sérias. Gente da UNB, gente com expressividade em Brasília.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos para perguntas.

P/ERICK – Então só para concluir e a gente finalizar eu vou dar sequência, nós estamos dentro de uma área urbana. Pega aquela figurinha lá do início, volta lá.

P/ANTONIO – Quem é o próximo? número 8 aí.

P/ERICK – Barreto quero concluir só minha fala rapidamente.

P/ANTONIO – É ele assim que terminar.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não adianta vir justificar a má qualidade do trabalho, agora aguenta!

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Vocês precisam deixar eles falar.

P/ERICK – Então a gente tem até uma figura que exemplifica toda a gleba que foi construída,

P/ANTONIO – Por favor gente...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Já teve apresentação, ele não tem que apresentar agora não.

P/ANTONIO – Por favor vamos ter só... O Erick.

P/ERICK – Só pra finalizar, então o que nós queremos propor enquanto empreendimento...

P/ANTONIO – Por favor a Senhora...

P/ERICK – É diferente do que tá acontecendo hoje, então é isso que a gente quer fazer, tá. Então do ponto de vista urbanístico a gente não quer fazer esse tipo de ocupação que tá

aqui embaixo, que tá aqui embaixo. É algo diferente e a gente está passando pelo crivo de todos os órgãos do governo tá, então só queria fazer essa colocação...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Respeita, Já deu a hora...

P/ERICK – Que a gente tá aqui tentando passar pelos aspectos técnicos e acho que isso faz parte.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Agora é a hora das perguntas. a hora de apresentar já passou.

P/ANTONIO – Vamos estar com calma, nós aqui estendemos aqui por mais 30 minutos. Nosso limite aqui dentro do estabelecimento é até as 23:30, vou passar aqui pro professor, para que ele, e as outras perguntas vocês podem encaminha diretamente pro órgão e as outras que se fecharam

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Não nós queremos nos manifestar, é para todos, não nosso direito, queremos nos manifestar.

P/ANTONIO – Mas prossiga.

P/FELIPE – Obrigado Barreto. Boa Noite meu nome é Filipe eu sou professor da UNB e eu quero aproveitar os meus 13 minutos para fazer uma fala técnica ancorada na legislação ambiental. Então a primeira questão é, eu tenho na verdade um comentário e três questões a fazer. O comentário que eu tenho a fazer é qual é o objeto do EIA RIMA que tá aqui em questão? Porque está descrito que nós temos que analisar o que o PDOT tá chamando de parcelamento do solo que chama quinhão 16. Mas se a gente observar pelo ponto de vista do zoneamento econômico-ecológico, esse parcelamento não se dá num vazio, num espaço qualquer e muito menos num espaço degradado. Pela perspectiva do zoneamento econômico-ecológico esse quinhão 16 é o remanescente de cerrado nativo. É esse o objeto que está em questão que o EIA RIMA precisa responder, o quanto que essas 24 impactos adversos pode comprometer esse remanescente de cerrado nativo, então fica aqui essa questão que a gente precisa observar que é um plano de fundo, que quando a gente fala de EIA RIMA, o objeto EIA RIMA é preventivo, ele tá calcado em estudos que vão ver como é que vai acontecer lá no futuro. No caso então na implantação de um empreendimento, no caso um condomínio residencial, quanto que isso vai afetar esse remanescente de cerrado nativo. Essa é a questão. E aí a gente observa que tem um problema tem um equívoco aqui do EIA RIMA que ele está ancorado no PDOT e não no ZEE, ele tá usando como fundamento, como diretriz um instrumento de planejamento urbanístico, a gente tem que usar com instrumento de planejamento ambiental e não urbanístico. Então na minha perspectiva por isso que isso aqui é um olhar técnico, ele está

completamente equivocado e só resta ao órgão licenciador pedir a revisão desse documento, para que ele possa dialogar com o ZEE, que não apareceu no EIA não apareceu no RIMA, não apareceu aqui na audiência pública. O que nós vimos foi simplesmente um instrumento de planejamento urbanístico acontecendo. então esse é o (MICROFONE FALHA). Posso?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Microfone tá falhando por que tá segurando na antena.

P/FELIPE – A desculpa

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Segura acima, ao contrário, segura mais pra...

P/FELIPE – Ta legal em cima, bom então esse é o comentário de fundo, que desrespeita a essa matriz epistemológica de onde foi feito esse RIMA, tem 3 questões que precisa ser considerada e aqui agora em cima da resolução com CONAMA número 1 de 86. todo mundo deve conhecer de cor e salteado, até melhor do que eu, artigo 5º, artigo 9º. Artigo 5º coloca obrigatoriamente de se apresentar um estudo da localização alternativa, não tem documento, aqui também não foi apresentado, onde nesse empreendimento seria feito fora desse quinhão 16, ele não apresentou e é obrigatório que se apresente isso no EIA RIMA, é obrigatório também que se coloque a não realização do empreendimento e aqui a gente vê que faltou uma justificativa que em momento nenhum fica claro que pra preservar esse cerrado esse ambiente a gente tem que ocupar ele. Não existe isso na literatura, não existe isso em lugar nenhum que a gente tenha que abrir mão de 30 a 50% do cerrado a título de proteção dele, então não há justificativa quando se apresenta esse a alternativa de não realização, não tem justificativa plausível pra isso. E o terceiro fator a terceira questão que eu queria colocar aqui também ainda referenciando o artigo 5º e 9º da resolução do CONAMA 1 de 86 é com relação a listagem, esse diálogo de políticas e programas e projetos ambientais do DF ou do Federal que ali a gente vê tanto no EIA como no RIMA todo uma legislação pertinente, mas não parece o ZEE não aparece nenhum dos mapas de suscetibilidade de perda de erosão, de solo por erosão. Não aparece a vegetação, não aparece a recarga de aquífero, esses mapas simplesmente não estão correlacionando e quando a gente vê o ZEE ali tá dito que área de ou depende do lugar onde tá essa gleba é de alto ou médio risco de erosão, é de risco médio de perda de remanescente de cerrado e risco médio ou fraco de recarga de aquífero. Precisa regimentalmente que isto conste no EIA RIMA, então peço por gentileza que mostrem onde estão as páginas desses 3 assuntos, tanto no EIA como no RIMA. Por que sem isso a gente não consegue formar convicção sobre se esse empreendimento de fato vai comprometer esse remanescente do cerrado nativo que a gente tem aqui ainda hoje. Obrigado.

P/ANTONIO – Obrigado Professor, alguém da equipe pra...

P/LUCIO – Bem o empreendimento ele atendeu, o zoneamento urbano e o zoneamento ambiental também, porque ele tá dentro da APA do São Bartolomeu. E o zoneamento ambiental da APA de São Bartolomeu define que essa área uma ZOEIA, como foi até dito pelos colegas aí o colega Eduardo comentou e a ZOEIA permite a ocupação do tipo que está sendo feito, então inclusive as diretrizes urbanísticas incorpora nas diretrizes não só aspecto urbanísticos mas aspectos ambientais também. Bom com relação ao ZEE até onde eu sei o ZEE ainda não foi aprovado, existe um relatório etc. mas ele ainda não virou lei tá. Não foi publicado, etc. então ele não é um documento oficial, mas até onde eu sei também o ZEE incorpora nele o zoneamento ambiental vigente que no caso é a APA de São Bartolomeu então no ZEE vai consta o zoneamento permitido na APA de São Bartolomeu. Então nós estamos entendendo que ainda que o ZEE não esteja aprovado, porque não tem uma lei, não foi promulgada essa lei, eu tô entendendo que uma vez promulgada a lei vai tá incorporada dentro do ZEE o zoneamento definido na APA de São Bartolomeu. Então a gente entende que está atendendo também. Bem no EIA RIMA tem as alternativas locais sim, tem a alternativa da não realização do empreendimento, tem 3 alternativas, de realizar o empreendimento da forma com que foi apresentado, da não realização do empreendimento e da realização do empreendimento da forma com que tem ocorrido na região. Então a região ela se caracteriza por tipo de ocupação predominantemente horizontal de loteamento e com ocupações que tem é extraído, que tem supressão vegetal significativamente superior ao que nós estamos propondo como empreendimento. e numa visão de cenário futuro foi coloca cenário que caso a tendência atual de ocupação permaneça, essa área vai ser ocupada dessa forma, por que nada nos faz acreditar que esse processo vai ser revertido, por que se você pegar os históricos dos último 20 anos o que aconteceu nessa região foi isso, um crescimento desordenado, com falta de planejamento e ocupação com ausência de infraestrutura, que a Infraestrutura a vindo depois. O que nós, a preocupação que vocês têm com sistema viário, com o trânsito é a mesma preocupação nossa, porque esse impacto profundo, nessa questão do sistema viário que existe hoje do trânsito, existe hoje exatamente pela falta de planejamento. Então o que nós estamos tentando propor é um planejamento, algo que não aconteceu, para que a ocupação ocorra de forma ordenada e pra que de forma integrada, pouco a pouco vá se revertendo o processo que ocorreu ao longo dos 20 anos. Então por isso mesmo a gente faz a projeção pra 20 ou 30 anos né. Com relação ao sistema viário eu só queria falar uma coisa a mais, nós estamos em dialogo, não nesse projeto, mas em outros, em outras estâncias, inclusive nós convidamos o movimento comunitário do Jardim Botânico, pra que pudesse dialogar junto conosco, pra que conjuntamente pudéssemos levar uma solução para agora o novo governo via DER pra que pudesse reestruturar um sistema viário mais robusto pra área como um todo, então eu convido á vocês quem quiser participar desse

diálogo, nós estamos abertos, fora do âmbito desse projeto. Por que ele se propõe a solucionar os problemas do sistema viário que está dentro do âmbito do empreendimento, mas ele não se propõe a resolver o problema viário de todo jardim botânico e da região. Conforme vocês viram existe uma previsão sim e é um documento oficial de 1.450.000 habitantes para os próximos 50 anos. Se algo não for feito agora, toda essa questão vai entrar em colapso, a nossa preocupação é a de vocês também e vice-versa. Então nós estamos aqui trabalhando e procurando encontrar soluções alternativas, se vocês quiserem nós podemos abrir uma frente de diálogo para que a gente possa levar isso ao governo. Porque tem questões que o empreendimento não vai resolver, tá!

P/ANTONIO – Por favor o próximo ali...

P/ROBERTO – Só para falar uma coisa, que o movimento comunitário ele se preocupa única e exclusivamente com a Estrada do Sol, então toda outra região ele não tem interesse em atuar, porque o foco deles é a Estrada do Sol e qualquer coisa que aconteça lá hoje o Jardim Botânico é afetado, então não vai resolver o problema da Estrada do Sol e achando que vai resolver o problema do Jardim Botânico é coisa totalmente diferente.

P/LUCIO – nós estamos trabalhando na solução global pra todo Jardim Botânico.

P/ROBERTO – Só peço o seguinte quando houver qualquer reunião nesse sentido, que convoque também outros moradores além do movimento comunitário, que a ótica deles é única e exclusivamente isso, tanto é que eles aprovaram essa terceira via e que ao nosso ver é uma coisa que, totalmente sem sentido.

P/ANTONIO – É registrado, Miguel.

P/MIGUEL – Boa noite meu nome é Miguel Von Behr, sou arquiteto urbanista também. Tem vários aqui contribuindo bastante, eu trabalhei muito no IBAMA, no ICMBio isso a 20 poucos anos no IBAMA, mas 10 no ICMBio e me aposentei no ministério do meio ambiente a 3 anos. Já participei de muita audiência pública também, tal enfim. Primeira coisa que eu queria colocar é relação ao encaminhamento das questões que foram levantadas aqui e do próprio andamento do processo do licenciamento. O que acontece é a gente vê que primeiro muita coisa que ficou faltando aqui hoje, uma apresentação infelizmente incompleta né, com tantos questionamentos não vou entrar em detalhes aqui, já foram colocadas muitas observações importantes, mas eu acho que tem que ter uma nova audiência pública e um novo EIA RIMA com as observações e as sugestões da comunidade, porque o que acontece, muitas vezes o órgão ele pega sugestões aqui de todo mundo, as recomendações, faz um parecer, mas não tem um retorno da comunidade, tem que ter uma nova apresentação, com as observações, com as sugestões de todo mundo aqui. Então isso que eu queria que ficasse registrado que era importante pegar

essas observações e ter uma nova audiência pública.

A questão do zoneamento ecológico-econômico ele é fundamental, ele é um instrumento técnico científico, feito pelo, por pessoas super capacitadas, que tem que ser levada em consideração nesse estudo no EIA RIMA né. Ele só não está aprovado pela assembleia legislativa, mas tecnicamente tem informações superimportantes temas de áreas suscetíveis a erosão, áreas suscetíveis de perda de biodiversidade cerrado e de várias questões. Então o ZEE tem que ser utilizado nesse trabalho.

Antes da, antes desse processo todo ir para o, para o Conselho Distrital do Meio Ambiente ele tem que ter uma nova audiência pública, um novo estudo antes de ir pro Conselho Distrital do Meio Ambiente que eu com muito prazer e honra faço parte, representando o Instituto Oca do Sol do **(ininteligível)** é essa área tá dentro de uma APA, eu não vi citado quase nada aqui na apresentação sobre o zoneamento da APA né. É uma APA aqui pelo decreto, o decreto de 2014, a não desculpa a lei de 5.344/2014 que estabelece um rezoneamento da APA de São Bartolomeu e do seu plano de manejo, também não foi citado aqui né. Então é e esse, essa lei ela fala que tem que APA tem que ser instituído um conselho gestor da APA né, tem que ser instituído o conselho gestor da APA, o conselho gestor da APA não foi criado.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Nem consultado

P/MIGUEL – É não foi criado, como é que vai ser consultado? Se não foi nem criado, né! Então é fundamental que é o conselho gestor da APA seja criado e se manifeste em cima desse processo né.

Eu não vi aí no trabalho aí sobre feito, sobre uso e ocupação do solo um mapa se sobrepusesse o uso e ocupação do solo e a vegetação nativa. A localização de 30%, 30% vai ser ocupado e 70% vai ser preservado, só que desses 30% eles estão localizados exatamente em que tipo de vegetação? Porque por essa lei que eu falei aqui de 2014. Nessa zona que tá o empreendimento a zona ZOEIA, Zona de interesse Ambiental lá fala que é proibido dentro dessa zona, dentro dessa zona é proibido tirar, é mexer nas áreas remanescente de cerrado, então a onde que tão esses 30% de área ocupada nessa zona?

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Toda aquela área ali é de Cerrado

P/MIGUEL – É tudo cerrado né, pois é...

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – Cerrado intacto.

P/MIGUEL – Então não poderia ter as ocupações dentro da área remanescente de cerrado, como bem colocou o Professor também. Enfim eu acho que também falta um estudo de

impacto de vizinhança, enfim tem várias questões aqui né, que minha principal recomendação e contribuição é que haja nova audiência pública e um novo estudo de impacto ambiental, antes de ir para aprovação, por que da aprovação final, final, final é o Conselho Distrital do Meio Ambiente então essa é a minha sugestão principal fica registrado aqui. Obrigado

(SOM DE PALMAS)

P/ANTONIO – É que ele citou sobre as áreas sobrepostas vegetação, você queria comentar alguma coisa?

P/LUCIO – Tem um mapa de plano de uso e ocupação mostra as áreas onde vão ser os lotes, onde vão ser urbanizados e o cálculo da quantidade de vegetação de supressão de vegetação chegou naqueles percentuais de 30 e 70% né, sendo que parte disso tá dentro dos próprios lotes, onde vão ter áreas permeáveis também. Agora com relação a questão de proibição da de supressão vegetal, não tem essa menção na ZOEIA de proibição de supressão vegetal, o que ela tem é o contrário. É que 50% da área tem que ser permeável e desses 50% 80% tem que ser vegetação nativa, ou seja 50% dos 80% na área total vai da 40%. Então do empreendimento total 40% tem que ser vegetação nativa. Nós mostramos pra vocês aí uma tabela que vai ter pelo menos 54% de vegetação nativa e dos outros, do restante pra completar os 70% os outros arredondando aí 55% de vegetação nativa os outros 15% são áreas permeáveis, porém não com vegetação nativa, né. Então foi isso que a gente mostrou. Pois não!

P/MIGUEL – Quero citar aqui que nessa lei que falei o artigo 13 pode conferir aí, artigo 13 item 11 - As áreas remanescentes de cerrado, isso dentro da Zona ZOEIA, dentro da ZOEIA as áreas remanescentes de cerrado devem ser mantidas e transformadas em RPPN. Tá, devem ser preservadas, as áreas remanescentes de cerrado dentro dessa zona devem ser preservadas.

P/LUCIO – Exatamente é isso que estamos querendo dizer, essa área remanescente, onde não haverá supressão vegetal, vai ser exatamente a área que vai ser incorporada a RPPN, inclusive que nós comentamos também é que as APPs vão ficar dentro das RPPN também, então a nossa colega Shirley comentou né a questão das APPs, que já são áreas que já são protegidas pelo código florestal, adicionalmente elas vão ser incorporadas as RPPN. Então o que vai formar um grande sistema de áreas verdes. As áreas que vão ser ocupadas estão dentro do percentual dos 30%.

P/MIGUEL – Mas em cima da remanescente nativa de cerrado.

P/LUCIO – Sim, tem áreas que vão ocorrer supressão vegetal dentro dos lotes.

P/ANTONIO – Então pessoal chegamos ao nosso encerramento é eu peço que todas as perguntas sejam encaminhadas ao IBRAM, através do Sistema de ouvidoria ou para o nosso e-mail, antonio.barreto@ibram.df.gov.br.

P/INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – como que é?

P/ANTONIO – Antônio, meu e-mail. Pode mandar pro meu e-mail mesmo, não tô lembrando qual o outro manda no meu mesmo. antonio.barreto@ibram.df.gov.br.

E nós vamos incorporar todas contribuições para nossa equipe técnica fazer com todo zelo ambiental necessário para o empreendimento e para a situação do local, sabemos que é um local de grande relevância ambiental prova disso, que tipo assim vocês estão de parabéns, se manterão aqui ordeiro e contribuintes. O intuito nosso, tipo assim, a gente não consegue consertar o problema todo da cidade em uma única audiência pública, estamos falando aqui de um empreendimento em uma área de extrema relevância ambiental. Então todo esse material protocolado aqui, vai diretamente para mãos da nossa equipe técnica e o processo está lá aberto para qualquer um de vocês que queiram ser usuário externo dentro do processo SEI, pode ter acesso vai ter apenas a salva guarda das informações pessoais que são RG, CPF, CREA de quem assinou lá dentro, mas vocês vão ver toda a, o andamento do processo. Como foi passado pelo professor, Miguel aqui vai ser tudo ainda passado pelo COMAN, quem vai legitimar a localização de empreendimento é o Conselho Distrital de Meio Ambiente. Então todo esse aparato é feito para uma prévia, para manifestação do órgão ambiental exclusivamente sobre o EIA RIMA, a manifestação posterior do Conselho de Meio Ambiente é que nós poderemos emitir ou não a licença prévia e emitida a licença prévia teremos no corpo da licença, todas as obrigações necessárias para a manutenção da qualidade ambiental e minimização os danos ali provocados e isso vai ser devidamente monitorado e fiscalizado, até o momento de se chegar a uma licença de instalação.

P/MIGUEL – Só uma dúvida por favor, vai ser feito uma ATA?

P/ANTONIO – Vai ser feito uma ATA, essa ata vai ser disponibilizada no site do IBRAM, junto com a apresentação, junto com todas as contribuições aqui.

P/MIGUEL – Antes da aprovação da ATA, vai está disponível, mas vai ter que ver a ata antes de publicar né!

P/ANTONIO – a Ata vai publicada e aí caso tenha alguma coisa vocês podem entrar e contato com o IBRAM, então informo o encerramento dessa audiência as 23horas e 36 minutos do dia 10 de dezembro de 2018. Muito obrigado a todos.